



Aprovada por maioria dos membros presentes na reunião de 19 de dezembro de 2019.

O Presidente da Mesa

Primeira Secretária

Segundo Secretário

* *[Signature]*

ATA DA 8ª. REUNIÃO ORDINÁRIA
DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS
REALIZADA A 19 DE JUNHO DE 2019
ATA Nº 10/2017-2021

--- Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezanove, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo Presidente o Senhor Dr. Sérgio Tavares dos Santos, tendo como 1ª. Secretária a Senhora Ana Margarida Infante Carmo e como 2º. Secretária a Senhora Luísa Maria Ferreira Ribeiro Barragon. -----

1. Aprovação da Ata nº 09/2017-2021; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta Nº. 29/2019 – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta Nº.34/2019 da UFOPAC – Proposta de Regulamento do Fundo Solidário; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta Nº. 72/2019 da UFOPAC – Não aceitação da Transferência de Competências no ano de 2019 e 2020; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta Nº. 87/2019 da UFOPAC – Protocolo de cedência de espaço à Associação MATRACA – Associação Cultural e Artística; -----

6. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade da União das Freguesias de 01 de abril a 31 de maio de 2019. -----

----- **ABERTURA** -----

Pelas vinte horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e a 1ª. Secretária deu início à chamada dos membros da Assembleia de Freguesia. -----

--- **Pelo Movimento IN-OV** – Ana Rita Esteves Amaro, Simão Rocio Almeida Correia, João Miguel Marques Freire, Cristina Isabel Amante, Hugo Alexandre Jesus Afonso, Mário João Rodrigues Gomes, Horácio António Rodrigues e Carla Maria Machado Antunes. -----

--- **Pelo Movimento IOMAF** – Maria do Céu Messias Ramalhete, Pedro Filipe Fidalgo Marques e Alfredo Amaral Figueiredo. -----

--- **Pelo Partido Socialista** – José Carlos Martins Oliveira e Maria de Fátima Brito Filipe.

--- **Pelo Partido Social Democrata** – Joana Santa Marta. -----

--- **Pelo Centro Democrático Social** – José Barrento. -----

--- **Pela Coligação Democrática Unitária** – Rogério Guerreiro Vidal Pereira. -----

--- **Pelo PAN - Pessoas, Animais e Natureza** – Carlos Alberto Gomes Ricardo. -----

--- **Pelo Bloco de Esquerda** – Vítor Manuel Abranches Viegas. -----

--- Na Assembleia estiveram presentes, em representação do Executivo da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a Presidente, Maria Madalena Silva Castro, o Secretário, João Carlos Lobato Cortesão, a Tesoureira, Cátia Pereira Franco Bonito e os Vogais Artur Campos e Maria Fernanda Teixeira Alexandra Maria Brito Leite. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

--- O Senhor Adalberto Gomes Monteiro do IN-OV, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do Regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Carla Maria Machado Antunes. -----

O Senhor Fernando Costa Borges Santos do IN-OV, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Soraia da Silva Salgado. -----

A senhora D. Soraia da Silva Salgado do IN-OV, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, o eleito Paulo Jorge de Sousa Proença. -----

O Senhor Paulo Jorge de Sousa Proença do IN-OV, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, o eleito José Maria de M.S. Mendonça. -----

O Senhor José Maria de M.S. Mendonça do IN-OV, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Luísa Maria Ferreira Ribeiro Barragon. -----

O Senhor Miguel Alexandre Brito Campos do IOMAF, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do IOMAF, a eleita Ana Filipa de Jesus Mesquita. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

A Senhora D. Ana Filipa de Jesus Mesquita do IOMAF, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IOMAF, o eleito Alfredo Amaral Figueiredo. -----

O Senhor Nuno Trindade Gusmão do CDS-PP, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do CDS-PP, o eleito José Barrento. -----

O Senhor Rogério Guerreiro Vidal Pereira da CDU, apresentou pedido de cessação da suspensão de mandato, pelo que nos termos do disposto do nº. 8, do artigo 8º., do regimento da Assembleia de Freguesia cessarão nesta data todos os poderes de António Espírito Santo, elemento que até aqui tem vindo a representar a bancada da CDU. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Sejam bem-vindos, estimado publico também. -----

Antes de mais, a Mesa solicita se há algum voluntário das forças aqui presentes que queira ajudar a Mesa como 2º. Secretário. Não havendo voluntário, vamos avançar com uma proposta de um elemento do grupo em maioria e vamos pedir à Senhora Luisa Barragon que nos apoie. Alguém se opõe à presença da Senhora D. Luisa Barragon aqui na Mesa? Ninguém se opõe. Pedimos a aceitação da Senhora D. Luisa Barragon e desde já muito agradecemos. A Senhora D. Luisa Barragon substitui em funções com efeitos exclusivos para esta sessão. -----


Vamos dar início ao período dedicado à intervenção do público aqui presente, a Mesa recebeu uma inscrição, vamos dar a palavra ao Senhor Gustavo Faria, este período tem trinta minutos, o Senhor tem direito a falar trinta minutos. -----

--- Interveio o Senhor Gustavo Faria para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Sou um cidadão de Caxias e como é óbvio venho falar de Caxias. Começaria por dirigir à Senhora Presidente e ainda em relação à última Assembleia onde tive oportunidade de intervir e obtive respostas da Senhora Presidente, mas como é óbvio não pude responder e portanto, estou agora aqui dois meses depois para tentar perceber o que é que se passa. Vou começar por falar na praia do Lagoal em Caxias, a Senhora Presidente na última Assembleia referiu o facto do edifício do bar da praia de Caxias, não pertencer nem à Câmara, nem à Junta, para além do facto do ruído produzido pelo anterior concessionário, tinha criado grandes problemas locais e que tinha havido centenas de queixas pelo barulho que havia no bar, durante a noite. Queria deixar aqui duas perguntas, primeiro estranhar o facto de o bar, não ser propriedade nem da Junta, nem da Câmara, o que consegui apurar, desde 2009 que o bar da praia vem sendo alugado, há receita produzida e refletida na contabilidade da Junta de Freguesia, portanto é estranho que agora se chegue à conclusão que o bar da praia não pertence à Junta nem à Câmara, provavelmente estava a ser cobrada uma renda que não devia ser legal, isto representava seis ou sete mil euros por ano, não sei quanto é que foi no último ano, mas rondava estes valores. Resumindo e concluindo, hoje mesmo tive o cuidado antes de vir para aqui passar pela praia, o bar continua encerrado em plena época balnear, o bar de praia, não estamos a falar em restaurante, nunca houve essa ideia, as casas de banho continuam fechadas, os balneários continuam fechados, neste momento por aquilo que consegui apurar, não há sequer os mínimos legais garantidos para que a praia esteja a funcionar como praia balnear, queria deixar esta ideia e saber o que se está a pensar fazer. -----

Uma segunda questão tem a ver com uma unidade hoteleira no topo norte da prisão hospital de Caxias, esta questão já foi aqui abordada, inclusivamente a obra já foi suspensa pelo Senhor Presidente da Câmara que teve o cuidado de avisar que no caso


Aut
bs



de inviabilização da obra da tal unidade hoteleira, a elaboração do projeto custará à Câmara Municipal, uma quantia muito considerável. Uma obra que consta do PDM pelo menos de 2012, um projeto que foi aprovado em 2015, foi licenciada a obra em 2018, foi passada a licença de construção em 2019, como é que isto pode acontecer agora, mandar suspender a obra e sair do bolso dos contribuintes eventuais indemnizações ao proprietário que nós não sabemos quem é, a pergunta que faço, é se a Câmara durante estes sete anos, não teve capacidade e técnicos capazes de analisar todo esse projeto e todo esse processo e agora de um momento para o outro, suspendeu-se a obra com um cutelo sobre as nossas cabeças que isto vai custar imenso dinheiro e sai dos nossos bolsos, dos bolsos dos contribuintes, gostava de saber o que é que está acontecer ali, porque razão o projeto foi parado e já agora, se não haverá uma ideia de passar outro viaduto por cima de isto tudo, é uma coisa que me preocupa. -----

A terceira questão tem a ver com outra aberração de Caxias, a ex-Clinica de S. Lázaro que é um monstro que está plantado no centro de Caxias, na zona histórica, próximo da Quinta Real, para além de representar um perigo para a saúde pública e para além de tudo o que se passa lá dentro, é tudo, menos natural e normal, porque é que não pode haver ou não há intervenção da Câmara num edifício que está num estado em que aquele está? Quanto mais não seja, exigir do proprietário que faça obras ou que faça uma demolição ou então, avançar para um processo de contra-ordenação e avançar para a execução de uma obra per si. -----

Quero chamar a atenção para o seguinte: Grande Opções do Plano e Orçamento para 2013 diz aqui: "...construir parques de estacionamento na zona onde atualmente se encontram edifícios da antiga clinica de S. Lázaro de construção ilegal", se é construção ilegal, continuo sem perceber porque é que não pode haver intervenção da Câmara. Muito obrigado. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Volto a perguntar, dado que ainda temos tempo, se alguém do público quer usar da palavra. Ninguém para intervir. Assim sendo vamos pôr fim ao período de intervenção do público e vou dar a palavra ao Executivo na pessoa da nossa Presidente, para esclarecimento. -----

--- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada Senhor Presidente. Boa noite à Assembleia, excelentíssimo Público e colegas de Executivo. -----

Relativamente às intervenções que o Senhor Gustavo Faria acabou de fazer, deixava uma sugestão que as fizesse em reunião pública de Câmara ou na Assembleia Municipal, porque como sabe, a Junta de Freguesia não tem competências, nem de licenciamento de obras, nem de aprovação de projetos. O que procuramos junto da Câmara é informar-nos sobre as situações mas, com frequência não nos chega informação pormenorizada. De todo o modo, relativamente ao conhecido bar da praia de Caxias, o ano passado o bar ainda foi concessionado, mas a pesquisa que fizemos levou-nos à conclusão de que o bar não tem hipótese de ser licenciado, nem para restauração nem para atividades afins, daí que também tenhamos sido informados de que a responsabilidade pelo aluguer daquele espaço, será sempre da Junta, se for feito para atividades relacionadas com restauração. Esta Presidente e este Executivo, não faz mais alugueres para atividades que não estejam licenciadas, o que se passou no passado não sei, sei aquilo que se passa no presente, presentemente recebemos do departamento de gestão urbanística, informação de que não há projeto, o espaço não está licenciado, é uma construção que existe ali e que sempre foi mais ou menos gerida pela ex-Junta de Freguesia de Caxias, e no último ano pela União de Freguesias. Hoje mesmo vem uma proposta à Assembleia de Freguesia para concessionar aquele espaço



a uma instituição de caráter recreativo e cultural que tem sede em Caxias, existe há quatro anos e que se propõe fazer a ocupação e a animação daquele espaço; uma das contrapartidas é abrir ao público os wc's. Posso ainda adiantar que o areal de Caxias já está classificado como praia, e é espetável que em 2020 seja atribuída a bandeira azul. Aquela praia funciona como todas as outras praias, a grande maioria das praias em Portugal não têm wc's, aqueles wc's são essencialmente para apoio aos nadadores/salvadores e foram muito utilizados para o apoio do chamado bar da praia. -----

Relativamente à unidade hoteleira a informação que têm é idêntica à que existe junta: a obra foi suspensa por ordem da Câmara, penso que o projeto se encontra em negociação. -----

Relativamente ao edifício que referiu como "monstro" no centro de Caxias, devo-lhe dizer apenas, que é preocupação da Câmara resolver aquele problema, mas não tem conseguido levar a bom porto essas negociações e isto está diretamente relacionado com o parque de estacionamento que falou. De todo o modo é um espaço privado, estamos num estado de direito, a Câmara Municipal só tem duas alternativas: ou consegue conciliar alguma solução ou não vejo outra solução que não seja ir para a expropriação, mas isso é uma decisão da Câmara, não é uma decisão da Assembleia de Freguesia, nem do Executivo da Junta de Freguesia, obviamente não é competência da Junta. E é tudo Senhor Presidente. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Não havendo outros assuntos, vamos dar por finalizado o período ao público e dar início ao PAOD. Antes da intervenção das bancadas, a Mesa tem algum expediente que vou passar a ler já. -----

Recebemos do Executivo informação relativamente aos pedidos de transporte público, que foi endereçado à VIMECA um ofício em 21 de maio, a pedir que as carreiras fossem

otimizadas e que houvesse mais possibilidade de transportes e a VIMECA respondeu, passo a ler: -----

Handwritten signature and initials:
Ainf
LB

- *Assunto: Pedidos de transporte público.*

Prezados senhores, Acusamos a receção do vosso ofício, v/ ref.a 000343 EXE/20019 de 21 de maio, cujo conteúdo mereceu a nossa melhor atenção.

Reportando-nos ao teor do mesmo, começamos por esclarecer que não é possível a nenhuma rede de transportes assegurar ligações diretas entre todas as origens e destinos. Dessa forma, a mobilidade alcança-se através da complementaridade de meios e modos de transporte.

Esclarecemos ainda que o Alto do Lagoal e Quinta da Terrugem são servidos, aos dias úteis, pela carreira 158, que assegura a ligação ao centro de Caxias e Paço de Arcos, às estações CP destas localidades, bem como às escolas que servem este bairro, num total de 36 circulações diárias, 18 em cada sentido.

De forma complementar, a carreira 115 assegura a ligação entre Oeiras e a Praça de Espanha, realizando um total de 14 circulações diárias (7 circulações com origem em Oeiras e 7 com origem na Praça de Espanha).

A ligação entre a Quinta da Terrugem e Alto do Lagoal e o centro de Oeiras é assegurada pela carreira 115 (Oeiras - Praça de Espanha).

Quanto às ligações destes bairros ao Centro de Saúde de Paço de Arcos e ao Hospital de Santa Cruz, estas são asseguradas através da complementaridade de carreiras e modos de transporte.

Analisada a procura da carreira 115, no mês de março, aos dias úteis, verificamos que entraram nas paragens que servem o Alto do Lagoal e Quinta da Terrugem, em média, dois passageiros em cada circulação realizada, no sentido Lisboa - Oeiras.

Relativamente à carreira 158, verificamos que entraram menos de dois passageiros em

cada circulação, nas paragens que servem estes bairros

Acrescentamos ainda que, mesmo com a introdução dos novos passes no mês de abril, o nível de procura se manteve.

Face ao exposto, e tendo em conta os níveis de procura registados, não se justifica uma alteração na oferta das carreiras que servem esta zona”.

Recebemos também do Executivo a Informação nº. 208/2019. -----

“Assunto: Acordo Execução e Contrato Interadministrativo/ Modificação Orçamental

A 22 de Abril de 2019, a Câmara Municipal de Oeiras comunicou à União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, que em relação às dotações do Acordo de Execução e Contrato Interadministrativo do ano de 2019, conforme Grandes Opções do Plano, deverá acrescer o montante não executado do ano de 2018, pois trata-se de contratos plurianuais. Esta metodologia deverá ser aplicada até ao final dos presentes contratos.

Os montantes a receber da CMO no âmbito do Acordo de Execução e Contrato Interadministrativo são uma receita legalmente consignada, na medida em que se consideram Receitas Consignadas, as receitas arrecadadas mediante o estabelecimento de protocolo ou contrato, cujo benefício financeiro está intimamente relacionado ou consignado com um determinado projecto ou fim, transferindo em concordância com o desenvolvimento desse mesmo projecto.

Considerando que as transferências das CMO são efetuadas mediante a execução da despesa, nem sempre se consegue executar a totalidade do valor anual previsto, neste sentido veio a CMO dar a possibilidade do montante não executado transitar para o ano seguinte, até ao limite do valor global acordado.

Considerando que os pressupostos quer do Acordo de Execução, quer do contrato Interadministrativo não se alterem, na medida em que as competências e o valor total não se modificam, os valores de previsão desta receita consignada e a dotação das despesas respectivas poderão ser inscritos através de uma alteração orçamental, não havendo necessidade de uma Revisão orçamental.

Aconselho no entanto que seja dada conhecimento à Assembleia de Freguesia da Alteração da metodologia da CMO em sessão ordinária a realizar em Junho”.

Far-lhes-ei chegar estas informações.

Ainda em expediente, lembrar-vos que todos receberam um convite amável relativamente à Oeiras Dance Academy. É de louvar. Relembro-vos que estão todos convidados. Toda a Assembleia. -----

Quanto à Comissão Municipal de Saúde. Como viram, desde a última reunião, tem sido feito um esforço para que a nossa representante, vos faça chegar atempadamente um pequeno reporte do que tem sido as reuniões, mesmo assim e porque não somos só nós a ter essa informação, o nosso público que aqui está também tem direito a isso, penso que é importante manter informação na nossa Assembleia. A pedido da própria, e com autorização desta Mesa, vou-lhe conceder seis minutos para prestar informação sucinta do que se passou na última reunião desta comissão que foi no dia 3 de junho de 2019. Faça o favor -----

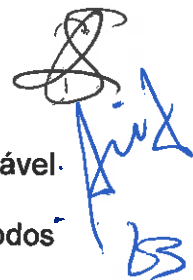
Interveio a Senhora D. Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada Senhor Presidente. Senhora Presidente, Executivo, Secretários, caríssimos colegas, público presente, os meus cumprimentos. -----

Venho aqui prestar algumas informações mais significativas que me parece que faz todo o sentido, até para como o Senhor Presidente disse, pôr ao corrente o público presente. A campanha escolar de recolha de livros, jogos e brinquedos que o município realizou entre quinze de dezembro e seis de janeiro destinado às crianças da Guiné-Bissau, sendo que algumas foram entregues agora no dia mundial da criança. -----

Fazer aqui também uma alusão ao dia mundial da consciencialização para o autismo e o município procedeu à iluminação dos edifícios dos Paços do Concelho, Palácio do Marquês, Palácio Ribamar e Centro de Arte Manuel Ribeiro, no âmbito do movimento "light it up blue", foi assinalado assim, o dia do autismo. -----

No mês de abril sob o lema "serei o que me deres...que seja amor", no âmbito da campanha da Comissão de Proteção de Menores de Oeiras, em parceria com a Câmara





Municipal e também com a divisão da Policial de Oeiras, foram dinamizadas várias atividades, culminando com a formação do laço humano que vem sendo habitual no estádio Mário Wilson. -----

Destacar também aqui que se assinalou, a semana europeia da vacinação de 2019, tendo sido disponibilizado alguns cartazes que foram colocados em pontos estratégicos, nomeadamente nas bibliotecas, nas Uniões de Freguesia, Centros Comunitários para alargamento da divulgação e informação desta temática. -----

Comemorou-se também, falei aqui na última Assembleia, o dia do município saudável trago-vos hoje os números, já foram apurados pela divisão do nosso município a DCS, apurou-se um total de mil e quarenta e oito rastreios, na nossa segunda reunião ordinária deste ano da Comissão Municipal de Saúde, visitaram-nos duas entidades que operam na nossa comunidade junto da nossa população, a ARIA com população portadora de saúde mental, a ARIA tem feito um trabalho extraordinário com estes doentes, particularmente no que diz respeito, à integração socio profissional destes doentes, portadores de doença mental. -----

Visitou-nos também a Pete bi haver, confesso não conhecia o trabalho desenvolvido que é extraordinário e convido a todos para pelo menos visitar o site, é uma entidade que trabalha essencialmente com animais, mas que faz um trabalho extraordinário, reconhecendo os benefícios que decorrem entre o contato do cuidador e o animal, implementou este projeto ao nível da terapia assistida, cães, estão a pensar a curto prazo introduzir os gatos nesta reabilitação dos doentes e estão a fazer neste momento no Centro Social e Paroquial de S. Romão de Carnaxide e no Centro Nuno Belmar da Costa, particularmente com doentes de diagnóstico de paralisia cerebral. Obrigada, Senhor Presidente. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Assim sendo a Mesa recebeu, entretanto, várias propostas, recomendações e moções, penso que todos receberam atempadamente as respetivas por email. -----

A primeira é a proposta nº 4/2019 do PAN que fala de podas radicais. -----

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ANEXO UM

Constatamos que os serviços da Câmara Municipal de Oeiras continuam a executar as chamadas podas radicais ou de rolagem.

Considera-se poda radical, quando se remove mais de um terço dos ramos da árvore, destruindo o equilíbrio da mesma, (copa/tronco/raízes).

O seu aspecto decrépito precoce é resultado destes cortes radicais, que por sua vez, induzem à formação, nos bordos das zonas de corte, de rebentos de grande fragilidade mecânica, devido a uma inserção anormal e superficial no tronco. Provocando a diminuição da esperança de vida das árvores e aumentando o risco de queda, o que implica custos acrescidos para sua remoção e substituição.

Sabendo todos nós que as árvores,

Proporcionam sombra, produção de oxigénio, têm grande importância na retenção de poeiras e partículas de poluição, a redução do impacto da chuva sobre o solo, absorção de ruídos e além doutras funções são importantes abrigos para aves e sua nidificação.

Por tudo isso o Partido Pessoas - Animais - Natureza (PAN) propõe Que a Assembleia da UFOPAC (União das Juntas de Freguesia de Oeiras S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) delibere RECOMENDAR, à Assembleia Municipal de Oeiras (AMO) e remeta para a CMO o seguinte:

Deverá a Autarquia através dos seus serviços camarários implementar e intensificar a utilização de técnicas de poda menos agressivas/radicais, de forma a manter e preservar as espécies arbóreas em condições saudáveis, a médio e longo prazo.

Autarquia

Para tal e tendo em conta um melhor conhecimento por parte dos Municípios e maior transparência nas acções desenvolvidas pela Autarquia nesta área, solicitamos, mais uma vez que a UFOPAC recomende à CMO:

- 1. Torne público o Plano de Gestão do Património Arbóreo previsto para o Concelho de Oeiras, caso o tenham;*
- 2. Ponha, no Município de Oeiras, um fim definitivo às podas radicais, também chamadas de rolagem;*
- 3. Caso se verifiquem podas radicais e/ou abate das árvores no espaço urbano, elabore e torne público um relatório detalhado sobre as razões da acção desenvolvida.*

Carlos Ricardo

PAN - PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA"

Vamos propor a admissibilidade desta recomendação para discussão nesta Assembleia.

A Proposta de Recomendação do PAN não foi admitida para discussão com nove votos a favor e doze votos contra. -----

--- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ---

Pretendo fazer uma declaração de voto. O IOMAF pretende fazer uma declaração de voto, acreditamos que independentemente do teor da proposta, achamos que é democrático aceitar a mesma e poder discutir aqui em assembleia, mesmo que depois não se concorde, é por isso que há dois momentos, a aceitação a discussão, todos devemos ter tempo para poder discutir aqui as propostas, queremos só deixar esta declaração de voto. Obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Senhora D. Fátima Filipe do PS, faz favor. -----

--- Interveio a Senhora Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte: -----

Boa noite Senhor Presidente. O Partido Socialista sente-se triste, a proposta não é nossa, mas já não é a primeira vez que o IN-OV inviabiliza a discussão de propostas de recomendação, acho absolutamente lamentável e um sintoma de falta de democraticidade que não devia existir nesta Assembleia, as propostas aceitam-se para discutir e depois votam-se contra, mas aceitam-se para discussão, é uma regra basilar da democracia. Muito obrigada. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mário Gomes, por favor. -----

---- **Intervio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Boa noite Senhor Presidente, Senhora Presidente, membros do Executivo, deputados aqui presentes e público em geral. -----

Nós votámos, sei que é anti democrático, mas é uma área que compete à Câmara, não nos compete a nós, estarmos a discutir uma coisa que logo à partida vai ser inviabilizado, não faz sentido. -----

--- **Intervio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Declaração de Voto. Com todo o respeito e simpatia que tenho pelos colegas todos deputados que aqui estão e por outras pessoas que não são deputados, não posso deixar aceitar uma declaração destas que acabei de ouvir, revolta-me que alguém diga à partida numa assembleia que já é diminuída por muitos, "*que à partida sabemos que vai ser chumbado, não vamos discutir*", sabem aquela velha máxima que diz, da discussão nasce a luz, sabe lá se depois de ouvir a argumentação, é isto a democracia não muda de ideias, não acho nada saudável no plano político este tipo de posições, custa-me fazer esta afirmação, até porque nutro simpatia por várias pessoas que estão nessa bancada, mas acho inaceitável, isto não deve ser feito, por amor de Deus, pensem antes de tomarem estas posições. Obrigado. -----

Antes



---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor Carlos Ricardo, faz favor. -----

---- **Intervio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Eu faço minhas as palavras quer da Fátima, quer do José Carlos Oliveira, efetivamente não se compreende, mas queria também alertar para o seguinte, houve uma falha no envio dessa recomendação, falta uma folha com fotografias, tive o cuidado de tirar para perante essas fotografias, ver se os senhores do IN-OV, dizem como já disseram aqui uma vez nesta assembleia, “que não senhor, não se anda a transformar as árvores de Oeiras em autenticas Vénus de Milo”, houve uma falha tenho pena, mas são muitas fotografias, quem quiser disponho-me a mandar por email, talvez ainda hoje essas fotografias todas. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Só um momento. Mas a proposta não foi aceite para discussão, e neste momento estamos a discutir todos, portanto a Mesa tem de fazer este pequeno reparo. Compreendo o que está a dizer mas, por favor, seja sucinto Não vamos entrar em discussão. -----

---- **Intervio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

É só para dizer que realmente, até em Loulé a Câmara Municipal de Oeiras tem fama de andar a derrubar árvores sem razão, à porta da minha casa foi uma completamente sã.

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Volto a dizer que estamos novamente em discussão. -----

---- **Intervio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Pronto, está bem, mas acho absolutamente incrível a parte antidemocrática de não se poder fazer, é uma prática que esta Assembleia tem, vai para discussão e é como diz o

José Carlos Oliveira pode ser que durante a discussão alguém mude de ideias, acho que essa prática devia de ser mudada. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor Rogério Pereira da CDU, por favor. -----

--- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** -----

Boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente, as Senhoras Secretárias, Senhora Presidente da Junta, o restante Executivo, caros colegas, caro público. -----

Não vou repetir coisas que já foram ditas, quem melhor exprimiu a minha própria votação na admissão desta recomendação, foi a intervenção do PS, quero deixar aqui uma nota de alerta relativamente, a aspetos que começam a ser repetitivos, na anterior assembleia, não foram admitidas a discussão moções apresentadas pela CDU com razões que não estão sequer previstas no regimento e esta assembleia nunca tomou uma decisão em matéria que foi argumento para se rejeitar as moções, é ainda de assinalar. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

A Mesa pergunta neste momento, que relevância tem essa intervenção para esta situação específica? -----

--- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** -----

Tem, porque criasse um precedente muito grave, a partir da altura em que com declarações de votos que ouvimos a sustentar a retirada de um requerimento, estão em causa todos os requerimentos que possam ser encaminhados para a Câmara. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Uma coisa não tem nada a ver com a outra, se ler a ata anterior, vai perceber porque é que não foi aceite. -----


Aut
13

Tenho uma segunda Recomendação, que é a Proposta de Recomendação nº 5/2019 do PAN – Parque dos Poetas para todos. -----

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ANEXO DOIS

O Parque dos Poetas é um parque urbano também considerado um "museu ao ar livre" de arte escultórica, o único em Portugal. É também uma homenagem a poetas da língua portuguesa onde tradição e inovação se complementam em harmonia. É também famoso pela vista única que oferece do Alto do Puxa Feixe, no Miradouro do Bugio, mas também junto ao Templo da Poesia e ao Labirinto. Aqui é possível desfrutar de uma das imagens mais encantadoras onde Estuário do Teio e Atlântico se tocam, avistando o Farol do Bugio e uma boa parte da península de Setúbal. Mas infelizmente nem todos podem usufruir deste equipamento. Pessoas que queiram passear acompanhadas pelos seus fiéis amigos de 4 patas passaram a ter de ficar à porta. Os animais não têm a nobreza exigida para frequentar tal espaço.

As três zonas do parque estão habitualmente vazias e são pouco utilizadas, sobretudo durante a semana. A presença de cães tem contribuído para dinamizar o espaço, que se constitui quotidianamente como zona de convívio para os moradores da área, que aí encontram um local privilegiado de encontro e estabelecimento de laços entre residentes. Com a interdição de entrada de cães no parque, o espaço volta a ficar na maior parte das vezes vazio, não cumprindo a sua função principal de serviço aos munícipes.

Para um concelho que se auto-promove como amigo dos animais, esta atitude é incompreensível. O concelho tem todo o mérito por promover campanhas de adoção de animais. São de louvar e evidenciam a capacidade da Câmara de reconhecer o valor que os animais têm na vida das pessoas. Mas de que valem estas campanhas se depois quem os adopta se vê impossibilitado de os passear no principal parque do concelho,

sendo considerados indignos por porem em causa a "nobreza" do espaço? A adopção é considerada nobre, mas os cães no parque não? Como é que Oeiras pode ser um concelho progressista, moderno, evoluído quando vai em contra-corrente relativamente àquele que é o crescente reconhecimento dos direitos dos animais e da sua integração nos agregados familiares?

Eventuais "problemas" como a limpeza resolvem-se com sensibilização e fiscalização, não com interdição. Uma das formas de sensibilizarem os tutores de cães para a recolha dos dejetos passa, em primeiro lugar, por ter sacos disponíveis para esse efeito. Os dispensadores de sacos existem, mas muito raramente têm sacos.

O Parque dos Poetas deveria servir os munícipes e promover o seu bem-estar, mas com esta interdição põe em causa a utilização do espaço por uma larga fatia da população, sobretudo de quem reside nas áreas adjacentes. Priva munícipes cumpridores e responsáveis de utilizarem uma infraestrutura a que têm tanto direito de aceder como quem não tem cães.

Assim, o PAN — Pessoas-Animais-Natureza propõe que a UFOPAC recomende à CMO que repense e inverta esta interdição, pelo menos, numa das fases.

Carlos Ricardo

PAN - PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA"

A Mesa coloca neste momento a proposta de recomendação para admissibilidade. -----

A Proposta foi admitida por unanimidade para discussão com vinte e um votos a favor. -----

Está aberta a discussão relativamente à recomendação nº.5 do PAN – Parque dos Poetas para todos. Alguém está interessado em intervir? Queira por favor inscrever-se.

---- **Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----**

Handwritten signature and initials in blue ink.

Muito boa noite Senhor Presidente, Senhora Presidente do Executivo, restante Executivo, colegas de bancada e colegas da assembleia e excelentíssimo público. -----

Esta recomendação é perfeitamente pertinente por dois motivos, primeiro porque considero que a proibição que foi posta em causa, não é justa, não é correta, estamos a responsabilizar os animais, em vez de estarmos a educar os cidadãos, estamos sempre a ir ao mesmo problema, sempre à mesma questão, em vez de estarmos a sensibilizar e a educar para a cidadania, estamos a punir e neste caso, estamos a punir quem menos culpa tem, principalmente os donos que sempre respeitaram e se vêm negados de poderem entrar. -----

A segunda questão é realmente, não podemos deixar sensíveis à população e para quem acompanha as redes sociais ou para quem sente um bocadinho o pulso do público, percebe que esta questão não foi de todo bem recebida e pacífica, a maioria dos cidadãos não concorda com a mesma, acho que devíamos ser sensíveis aos dois aspetos. Muito obrigado. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhora D. Fátima Filipe do PS, faça o favor. -----

--- **Interveio a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** -----

Isto não é uma questão política, falo como utilizadora do Parque dos Poetas, devo dizer que compreendo esta medida, julgo saber que é transitória, várias vezes fui ao Parque dos Poetas com uma mantinha e tinha lá os cocós dos cães e o problema é, o PAN e muito bem proativamente preocupou-se com as beatas, mas não se preocupa com os cidadãos com os cocós dos cães, se os cidadãos de Oeiras não se educam a bem, vão ter que se educar a mal, vão ter que perceber que se querem usufruir dos Parque dos Poetas, os animais não têm culpa de facto não têm, agora quem tem que ser punido são os tutores dos cães e não os cães, mas eles não vão para lá sozinhos, compreendo não

estou a dizer que apoio, mas compreendo esta medida transitória, o Parque dos Poetas é um equipamento bonito, está bem tratado e que deve ser preservado, volto a repetir, já não é a primeira vez que vou para lá, levo uma mantinha e tenho que andar a ver onde é que vou por a mantinha e portanto também não quero. Muito obrigada. -----

--- **Inteiveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Sobre a intervenção do Partido Socialista da D. Fátima Filipe, só quero dizer uma coisa, o PAN não tem uma obrigatoriedade de educar as pessoas, o PAN sugere, pede às entidades que têm essa responsabilidade para fazerem ações que levem a que as pessoas mudem de hábitos, no entanto, proibem-se os cães de entrarem no Parque dos Poetas, porque os cães fazem as suas necessidades absolutamente normais e o dono não apanha, no entanto, está cheio de beatas, os fumadores não foram proibidos de entrar e está cheio de restos de coisas de piqueniques e não foram proibidos piqueniques, porque é que se ataca sempre o cãozinho, por acaso sei porque é que é, não vou declarar aqui, sei porquê. Obrigado. -----

--- **Inteiveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** ---

A questão que se tem que pôr aqui tem a ver com a fiscalização, inclusivamente está previsto em regulamento municipal as coimas, por isso, em vez de proibirmos devemos educar e fiscalizar para evitar que aconteçam estas coisas, não podemos é punir senão estamos a restringir direitos. -----

Inteiveio a Senhora D. Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Um minuto Senhor Presidente, obrigada. Só para lembrar o seguinte, o município é reconhecido pelas políticas que tem vindo a divulgar do bem-estar animal e da proteção animal, só há dois locais onde os animais não podem entrar neste momento, o Parque dos Poetas e os Jardins do Marquês, a Senhora Presidente saberá de outro, mas eu não conheço. Obrigada, Senhor Presidente. -----



de animais, não só o PAN, mas de facto primeiro está o bem-estar dos nossos cidadãos, particularmente das nossas crianças. E era esta informação que queria deixar. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito Obrigado. Vamos passar a outra Recomendação que a Mesa recebeu e que todos receberam seguramente, que vem da CDU. -----

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ANEXO TRÊS

- 1. Na proximidade do acto eleitoral para a eleição dos deputados da Assembleia da República, está ainda presente o peso da abstenção nos resultados das eleições ao Parlamento Europeu, que, relembramos atingiu os 54,8% na nossa União de Freguesia, situando-se um pouco abaixo do registado ao nível do concelho.*
- 2. O facto de as eleições para o Parlamento Europeu constituírem as que se observam maior abstenção, não invalida que anotemos que as eleições presidenciais não se afastam muito daqueles valores, e registamos que o actual Presidente foi eleito por pouco mais da metade dos eleitores a acorrerem ao ato, exactamente 52,9 % do eleitorado.*
- 3. Das análises que desde então têm vido a ser produzidas para explicar as razões para o afastamento dos eleitores de tão importante acto de cidadania, ressalta a observação comum: o afastamento dos temas associados ao exercício da cidadania por parte da Escola e dos conteúdos escolares.*
- 4. A escola passa ao lado da literacia do Sistema Democrático. Poucos serão os alunos do secundário que conhecem a repartição dos poderes do Estado, poucos saberão as funções dos órgãos de soberania, a maioria ignorará o papel dos partidos políticos.*
- 5. As poucas iniciativas de que demos conta, como seja a presença de duas turmas de jovens do ensino secundário a acompanharem os trabalhos desta mesma Assembleia Municipal, (em Janeiro de 2017) para que os nossos jovens tomem conhecimento de*

como funciona o Poder Local e de como ele se insere no funcionamento do Sistema Democrático, são iniciativas isoladas e não traduzem o papel que deveria competir à escola.

6. Assim, e no quadro das preocupações aqui manifestadas, a Assembleia da UFOSJPAC, na sua sessão ordinária de 19 de Junho de 2019, delibera recomendar:

a) Que a Câmara Municipal de Oeiras realize um estudo sobre o estado da Literacia Sobre o Funcionamento do Sistema Democrático, junto da Comunidade Educativa e, em particular, junto da população escolar (jovens do Ensino Secundário);

b) Que em conformidade com os resultados se estructure um programa a propor às Escolas do Município de forma integrada com as áreas temáticas já hoje contempladas na Educação Para a Cidadania.

CDU – Coligação Democrática Unitária

Rogério Vidal Pereira“

--- Intveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente desculpe, não é por ser a nossa recomendação, julgo que o público não tomou conta dos conteúdos, daquilo que está a ser discutido, faria todo o sentido ler integralmente. -----

--- Intveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Fazemos o seguinte, vamos propor à admissão, uma vez proposta à admissão, lê a proposta. -----

--- Intveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ---

Senhor Presidente, um ponto de ordem à Mesa, pela questão levantada pelo colega da CDU, fui ver o regimento e diz que “compete ao Presidente a admissão ou rejeição das propostas”, depois quem não concorda rejeita em votação, se me permite, peço desculpa por este reparo, mas o regimento realmente nisso é claro. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----


A Mesa tendo em conta que a matéria reporta exclusivamente à competência da Câmara Municipal de Oeiras, parece-me pouco lógico que seja esta Assembleia a deliberar, sobre uma situação que tem a ver estritamente com a Câmara e com um pelouro que tem a ver com a educação e não diretamente com esta Assembleia, mesmo assim acho que vale a pena propor à discussão, vou aceitar enquanto Mesa, os senhores quem quiser participar, está aberta a participação. Muito obrigado. -----

José Carlos Oliveira do PS, faça o favor. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Quem se preocupa com democracia, com o estado de direito, com os cidadãos, mais tarde ou mais cedo encontra-se sempre, nem que não sejam nas ideias, depois podemos nem sempre comungar das mesmas opiniões, mas acabamos por nos encontrar em questões que são centrais para a democracia e bem-estar dos cidadãos. Com esta introdução quero dizer que o nosso programa do Partido Socialista, para as eleições autárquicas, realmente incluía esta preocupação do desconhecimento que os cidadãos têm, antes não tinham tanto, pelo menos os que estudavam até um certo nível e que se chamava na altura, era uma disciplina que servia outros objetivos, "Organização Política e Administrativa da Nação" e portanto agora, ironicamente até lhe podíamos pôr o mesmo nome, mas deveria ser introduzido no ensino, pelo menos a partir de certo nível que seria desde o quinto ano, já que não foi, acho muitíssimo bem que comece, até por sugestão desta Assembleia à Câmara, o Senhor Presidente tem razão isto é um assunto da Câmara, mas não nos esqueçamos que nós não somos menores, como muitos querem que sejamos, nós fomos eleitos e temos uma opinião mesmo que o assunto seja diretamente da Câmara, mas primeiro são ouvidos os cidadãos aqui, digamos que é uma Assembleia de base, mas fomos eleitos, acho muito bem que os colegas ponderem, em


Ainf
B

 votar favoravelmente esta proposta da CDU, porque é extremamente importante que no futuro, a breve prazo e o mais rapidamente possível e sabemos que vai levar anos, caso isto seja aceite, realmente as pessoas desde muito novas percebam como é que isto funciona, até para perceberem como é que hão-de fazer ouvir a sua voz e a seguir como é que hão-de contribuir para a tal democracia participativa e não só representativa. Muito obrigado. -----

--- **Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ---**

Quero só dar duas notas, uma relativamente o que é as competências, realmente isto é uma competência da Câmara, mas como dizia o colega do PS, nós somos os primeiros representantes dos cidadãos de Oeiras, pode-nos competir fazer uma recomendação a quem de direito do caminho que achamos que devemos seguir, não estamos a deliberar sobre competências deles, estamos a deliberar recomendar algo para que possa ser atendido pela Câmara. Relativamente à recomendação acho que é urgente, quem de direito e quem tem essa competência poder estudar e poder preparar isso, se queremos ter os melhores alunos do País, se queremos ter Oeiras Valley, temos que começar pela cidadania e pela participação cívica e esta recomendação que fazemos é nesse sentido, é que a Câmara possa desenvolver cada vez mais programas, no sentido de prover a intervenção e a cidadania participativa. Obrigado. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----**

Muito obrigado. CDU, por favor. -----

--- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----**

É uma pena estarmos a discutir a recomendação, cujo enquadramento o público não conhece, peço desculpa de estar a insistir nisto, mas a prática da cidadania e como autor dessa recomendação, relembro que estive aqui em janeiro numa das nossas assembleias duas escolas, o resto foi paisagem, não apareceram nem aqui nem em lado

Arif
23

nenhum, fiz a pergunta a todas as Uniões de Freguesias e Juntas de Freguesia, se nas assembleias apareceram alguma vez escolas acompanhar a sessão, disseram que com uma frequência muito variável, lá acontece de vez em quando na assembleia municipal, mas a realidade de quem está próximo do cidadão, é no funcionamento normal da democracia que é representada nesta casa por todos nós, as escolas não chegam cá e é importante que cheguem, aquilo que se pede é que a Câmara faça um estudo sobre a iliteracia ou se quiser, sobre a literacia do funcionamento da democracia e vão-se chegar a conclusões tremendas certamente, é importante que se faça porque as gerações vão passando, a memória é curta e há muita coisa que se vai passando e que se traduz em esquecimento. E disse. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mário Gomes, por favor. -----

--- **Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Achamos que este estudo é de facto importante, mas estou de acordo com o Senhor Presidente, devia ter sido apresentado à Câmara Municipal, certamente a Câmara Municipal iria acolher esta ideia e apelo à CDU para que o faça na Câmara Municipal. Obrigado. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Obrigado. Joana Santa Marta, por favor. -----

---- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Boa noite a todos. Peço à bancada do IN-OV que pondere a sua posição, porque não tomarmos uma atitude sobre isto, é demitirmo-nos das nossas obrigações, os oeirenses escolheram-nos e não nos podemos alhear daquilo que são as nossas responsabilidades, sendo ou não, uma tarefa nossa que não é, todos sabemos, é nossa obrigação recomendar a todas as instituições e a todos os poderes locais e públicos que

atentem nesta problemática, porque é importantíssima e que põe em causa hoje em dia qualquer tipo de democracia representativa.-----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Acho que isto é tão consensual, aquilo que a CDU entende recomendar à Câmara, que me parece que quase não tem discussão. De todo o modo, tenho de deixar aqui uma nota, ontem houve Assembleia Municipal e todas as bancadas que estão aqui presentes, estão presentes na Assembleia Municipal de Oeiras, o que acho estranho é que esta recomendação não surgiu na Assembleia Municipal de Oeiras, independentemente de surgir também aqui na Assembleia de Freguesia, mas dá ideia que na CDU, não se entendem muito bem, é a ideia com que fico, porque me parece que a Câmara Municipal de Oeiras, se calhar até vai acolher como muita boa esta sugestão, mas parece-me que deviam ter começado pela Assembleia Municipal, independentemente de hoje vir aqui, não tenho qualquer duvida que deverá ser aprovado. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Obrigado. PAN tem um minuto, por favor. -----

--- **Intervio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

De acordo com aquilo que foi dito aqui, a recomendação sobre as podas radicais. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa mas se vai voltar ao ponto anterior, sinto muito, mas não vou poder deixá-lo falar. Tem alguma coisa a ver com esta situação? -----

---- **Intervio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Não. É que só agora é que me apercebi que não foi decidida por si, se devia ir para votação ou não. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Decido desde já que não vai à votação. Muito obrigado. Faz favor Joana Santa Marta. -

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

---- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Depois da intervenção da Senhora Presidente, penso que é consensual esta recomendação de toda a Assembleia de Freguesia, portanto proponho que deixe de ser da CDU e passe a ser de todos, porque realmente isto é um bem maior que temos todos aqui, se a CDU me der licença, peço que a partir deste momento, seja uma recomendação de toda a Assembleia de Freguesia. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Mas logo à partida se todos votarmos a favor, também assim o será. -----

---- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte:** -----

A CDU aceita e até aplaude a esta sugestão. -----

Quanto à estranheza da Senhora Presidente, com a CDU não estranhe nada. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Vamos terminar esta discussão e vamos proceder à votação. -----

A Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

Vamos passar à moção, relembro que a nossa agenda é longa. A moção do Grupo IN-OV foi-vos também enviada por e-mail, é uma moção relativa à transferência de Competências para o Município da Gestão da Casa da Pesca e do Convento da Cartuxa. todos leram? -----

---- **Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Não li, porque quando me sentei aqui, é que vi e é um pouco extensa. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Foi enviada por e-mail. -----

---- **Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Esta? A mim não foi, garanto-lhe, desculpe e já houve uma vez uma falha aqui do IN-OV que não mandou e foi assumido pelo IN-OV que não mandou, se calhar voltou acontecer.

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vamos verificar se o que diz é correto. Filomena, por favor, verifique se, porventura houve alguma falha no envio. Uma vez que é possível ter havido essa falha, não me custará nada ler, são três páginas. -----

“MOÇÃO – ANEXO QUATRO

RELATIVA À TRANSFERENCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICIPIO

DA GESTÃO DA CASA DA PESCA E DO CONVENTO DA CARTUXA

Considerando que:

1. *“A nossa memória coletiva, modelada pelo passar do tempo, não é mais que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade”;*
2. *“É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, nos identificamos com os restantes elementos da comunidade e nos diferenciamos das demais”;*
3. *“O elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente essa identidade”;*
4. *“Património é não só o legado que herdamos, mas o legado que, através de uma seleção consciente, desejamos legar ao futuro”;*
5. *Entre esse legado material, o património imobiliário é, pelo seu impacto visual e referência cultural, o mais representativo e influente na criação da memória coletiva de uma comunidade;*
6. *De acordo com o artigo 16º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, “é da competência dos órgãos municipais gerir o património imobiliário público sem utilização, afeto à administração direta e indireta do Estado, incluindo partes de edifícios”, princípio reforçado pelo artigo 2º do Decreto-Lei nº. 106/2018, de 29 de novembro;*
7. *Com o Decreto-Lei nº. 106/2018, de 29 de novembro, se pretende “evitar a degradação do património imobiliário do estado que se encontra sem uso, devoluto ou abandonado, fomentando a respetiva recuperação, conservação e reutilização, permitindo o gozo e a fruição pública deste património e um uso mais eficiente destes recursos valorizando-os”;*
8. *No território do concelho de Oeiras, a Casa da Pesca, com o Jardim e a Cascata da Taveira, o Casal da Manteiga e o Aqueduto do Arneiro, localizados na Quinta de Cima dos Marqueses de Pombal, doravante designados como **CASA DA PESCA**, e o **CONVENTO DA CARTUXA**, com a Capela de N.ª Sr.ª do Vale da Misericórdia, os claustros, o claustriño e todo o espaço envolvente, constituem elementos fundamentais para a memória coletiva das Freguesias, para a memória do Concelho e também para a representação simbólica da identidade nacional;*
9. *A Casa da Pesca, “o recanto de prazer mais espectacular e cenográfico do século XVIII” é “um dos expoentes da criação do barroco nos jardins onde se insere*

Art 13

- provavelmente a maior cascata barroca portuguesa” mandado edificar por Sebastião de Carvalho e Melo e pelos seus irmãos, se encontra em profundo estado de abandono e de degradação, exposta ao vandalismo e depredação pondo em sério risco a possibilidade de restauro de grande parte dos seus elementos decorativos;
10. O antigo Convento da Cartuxa é, a par com o de Évora, um dos dois únicos conventos cartuxos portugueses estando inserido num conjunto construído numa propriedade de características que imitam a Igreja da Cartuxa de Évora, cuja traça se assemelha à da de Santa Cecilia in Trastevere, em Roma, apresenta uma imponente fachada em pedra de calcário se encontra também em elevado estado de degradação, tendo sido já objeto de inúmeros atos de vandalismo e pilhagem;
 11. Este património de elevado valor histórico, encontra-se ao abandono e desse abandono tem resultado destruição, delapidação e pilhagem de boa parte dos seus elementos decorativos, nomeadamente dos estuques do século XVIII de Giovanni Grossi, dos frescos barrocos (no caso da casa da Pesca) e dos painéis de azulejos em ambos os complexos;
 12. O principal argumento justificativo desta situação baseia-se na falta de verbas para a conservação e restauro deste valioso património;
 13. O Governo da República tem sido alertado para a insustentabilidade desta situação, nomeadamente através de teses académicas no âmbito da História de Arte;
 14. Esta situação tem sido objeto de indignação pública, veiculada quer através da comunicação social, quer da Petição Pública “Salvar a Casa da Pesca: património classificado em ruína iminente”, de 18 de setembro de 2018, e já entregue ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República e também a associação cívica Juntos pela Cartuxa, têm desde há anos atrás, desenvolvido esforços junto do Ministério da Justiça, para que seja recuperado este importante e único núcleo histórico.
 15. Há provas visíveis da intervenção cívica por parte dos Juntos pela Cartuxa que empreenderam já, através da Paróquia de N^a. Sr^a. das Dores, de Laveiras, Caxias, o reforço de portas, a construção de Sacristia (provisória) e a selagem dos acessos que permitiam a entrada de pessoas que apenas visavam a pilhagem e destruição, numa atitude de grande responsabilidade cívica e generosidade pela preservação da Igreja da Cartuxa;
 16. Há inclusivamente a disponibilidade do Município de Oeiras em promover e garantir as verbas necessárias à conservação e restauro deste património;
 17. As negociações com o Governo da República para a celebração de Protocolos foram reencetadas em 2018;
 18. Dessas negociações resultaram acordos de princípio com as tutelas (Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério da Justiça) sobre a transferência das competências de gestão deste património, que continua a aguardar despacho na Direção Geral do Tesouro e Finanças;
 19. Reconhecendo-se que qualquer atraso nestas transferências, em resultado de procedimentos burocráticos ou meramente processuais, coloca em sério risco de

desabamento a própria sobrevivência do património existente em Oeiras e em Caxias,

Propõe-se que:

A Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, reunida em sessão ordinária nº 8/2019 de 19 de junho de 2019, apela ao Governo da República que promova, o mais rapidamente possível, as diligências necessárias à celebração do acordo de transferência entre o Município de Oeiras e a DGTF previsto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 106/2018, de 29 de novembro.

Esta moção deverá ser dirigida ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministro Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, à Ministra da Justiça, à DGTF, à Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) à Administração do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, e será publicada no sítio da UFOPAC.

GRUPO IN-OV

Mário João Rodrigues Gomes”

Penso que neste momento está bem explícito o conteúdo desta Moção. -----

--- Intveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ---

Duas notas, realmente esta moção é de extrema importância, porque é um património que faz parte desta União de Freguesias e que está em iminente ruína, todos temos esse imaginário, porque todos somos daqui, lembro-me de ver concertos fantásticos nas festas de Oeiras na Casa da Pesca e realmente, é um património que tem que ser recuperado e aberto aos cidadãos de Oeiras. -----

Segunda nota o mesmo argumento que serviu para pôr em causa outras moções, relativamente a competências aplica-se a esta, o que nós temos que seguir é a lei 75, referente às competências da Assembleia, que diz: “devemo-nos pronunciar, deliberar os assuntos com interesse da freguesia” e por isso, acho que qualquer moção apresentada por um de nós, deve ser discutida, considerando ser um assunto de interesse para a freguesia, seja os canídeos, a educação ou as podas e depois então a Assembleia achar se é digno ou não de ser recomendado, porque não estamos a deliberar sobre competências que não são nossas, estamos a deliberar recomendar a

quem tem essas competências, poder tomar ou não uma atitude que para nós é de interesse para a União de Freguesias. -----

Tinha que voltar a dar essa nota. Obrigado. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Faria minhas as palavras que há pouco a Presidente disse, penso que o assunto é tão evidente, tão lógico e tão sensato que provavelmente esta Assembleia querará fazer disto, uma moção genérica desta Assembleia e não uma moção apenas do grupo. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, preciso de fazer aqui uma nota de retificação a esta moção que vamos subscrever, acho muito oportuna de tal modo que vem de encontro aquilo que o Partido Socialista vem defendendo, insistindo, a Quinta Real de Caxias, a Cartuxa, a Casa da Pesca, por vários meios também junto da população, mas realmente não foi Sebastião de Carvalho e Melo que mandou edificar a Quinta Real e a Cascata, foi o Infante D. Francisco de Bragança, toda a gente erra não é nada de grave, também agradeço quando errar que me façam o reparo, estamos sempre aprender. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado pelo reparo, embora não seja isso o aspeto mais importante desta moção.

---- **Interveio a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** -----

Como já disse o José Carlos Oliveira, subscrevemos, de todo o modo, relativamente à Casa da Pesca foi feita uma petição pública, foi entregue à Assembleia da República, no sentido de tentar perceber qual é o feedback desse relacionamento que já foi feito entre os cidadãos e Assembleia da Republica que recebeu essa petição e que terá que ser discutida na Assembleia da Republica, presumo. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Vão dividir esforços em lugar de congregar. -----

--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Se não se importarem a Mesa vai propor à votação, não para admissibilidade, mas para a moção seguir. -----

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Inteiveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, vai ser assinada por todos? -----

--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Assinada por todos, é essa a minha orientação, penso que o IN-OV não se opõe. -----

--- **Inteiveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Fazemos das palavras do deputado da CDU de há bocado, as nossas palavras. -----

--- **Inteiveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

É só um complemento de informação, esta moção vem na sequência de uma que foi aprovada, ontem na Assembleia Municipal e que alguns de nós já conhecem. Relativamente à que foi aprovada na Assembleia Municipal, só se referiu à Casa da Pesca e esta foi entendimento do grupo proponente que deveria ser mais abrangente e integrar também o Convento da Cartuxa. Queria deixar aqui uma nota e relevar a posição de ontem do Partido Socialista e também dos Ministros das tutelas, que têm demonstrado uma grande abertura quer com a Câmara Municipal, quer com os “Juntos pela Cartuxa” para acolher estas sugestões. O que é facto é que, como percebem desta moção, a situação não avança porque esbarra na Direção Geral do Tesouro e das Finanças. Depreende-se que são as burocracias habituais que criam impedimento a que os respetivos protocolos, instrumentos que suportem a passagem para a Câmara, principalmente a reconstrução e a gestão destes espaços e, aquilo que ontem na Assembleia Municipal foi falado é que esta matéria extravasa Caxias e Oeiras é uma

matéria do interesse de todo o concelho. Quero também deixar a nota, de que os deputados da AMO do Partido Socialista se disponibilizaram junto da tutela para procurar agilizar o processo. -----

Handwritten signature and initials:
AUF
L3

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Como devem ter reparado, a Mesa até à data tem feito os possíveis para que o PAOD seja uma fase em que os sessenta minutos são exclusivamente dedicados ao PAOD, como tal tenho feito os possíveis para que estas moções, requerimentos e recomendações não façam parte e não tirem tempo do PAOD, embora o fizessem, o que vos peço com a mesma flexibilidade, peço desse lado, neste momento temos ainda algum tempo para discutir alguns assuntos que queiram no PAOD e vamos propor que assim o façam, mas peço-vos que sejam sensatos também, caso contrário a Mesa vai ter que começar a introduzir este tempo no PAOD que não é o ideal. -----

Quem se quer inscrever? Senhor Carlos Ricardo do PAN, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Gostaria de saber da Senhora Presidente, qual é o ponto de situação dos pombais contraceptivos? -----

Segundo, que ações foram desenvolvidas para a recomendação que foi aceite a favor por unanimidade, sobre a publicidade que se vai metendo nos candeeiros, vejo que continua tudo na mesma. -----

Uma terceira, é um pedido e é o seguinte, de uma maneira geral a UFOPAC desenvolve imensos documentos, alguns deles de cento e tal páginas, acabamos por receber isto à última da hora, não dá para ler quinhentas páginas, principalmente para quem tem outras coisas a fazer, vinha sugerir que não mandassem mais de cento e cinquenta páginas por semana. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----



Muito obrigado. Seguidamente dou a palavra ao Senhor José Barrento do CDS-PP, por favor. -----

--- **Interveio o Senhor José Barrento do CDS/PP para dizer o seguinte:** -----

Boa noite Senhora Presidente, restantes membros, colegas. -----

Já foi levado à Assembleia Municipal pelo meu colega do CDS, a limpeza ou corte de algumas árvores no passeio Vitorino Nemésio, para além de estarem com mal, estão a chegar ao quarto andar, as pessoas não podem abrir as janelas, penso que seria urgente tomar uma medida. Também o passeio da Vitorino Nemésio a rega é mais a que vai para os esgotos do que a que fica nos jardins, há dois dias que está um tubo rebentado, cada vez que liga a rega, não rega nada, só rega as pessoas que passam na estrada. -----

Saber também se tem alguma coisa dos CTT de Caxias, uma vez que há um ano atrás não iriam encerrar, era só os de Oeiras, mas afinal em Oeiras e bem parece que existe uma loja dos CTT. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Obrigado. Dou a palavra à Senhora D. Fátima Filipe do PS, por favor. -----

--- **Interveio a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** -----

Venho aqui recordar, o Partido Socialista na anterior sessão da Assembleia pôs à votação uma proposta de recomendação, foi chumbada por dez votos a favor, dez votos contra e o voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa relativamente à possibilidade de ser recomendada a gravação destas sessões, como são feitas na Assembleia Municipal, foram levantados aqui uma serie de questões relativamente à proteção de dados, à imagem, o Senhor Presidente ficou de se informar relativamente a essas questões, queria saber exatamente se eventualmente, já têm uma resposta sobre isso e se podemos brevemente voltar a deliberar sobre o assunto. Muito obrigada. -----

--- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----


Quero colocar algumas questões relativamente ao posto dos CTT de Caxias, sei que a Junta de Freguesia não tem funcionários em grande número, mas realmente o posto estar encerrado por férias do funcionário, peço à Senhora Presidente, se for possível alguns esforços, para que não volte acontecer, porque durante todo o mês estar fechado o posto dos CTT, faz imensa diferença para a população de Caxias. -----

Outra questão que coloco é relativamente, ao multibanco que está instalado nas nossas instalações da delegação, penso que será necessário avisar quem de direito que aquela caixa de multibanco está normalmente e muitas vezes indisponível e sem dinheiro, todos sabemos que para Caxias é fundamental aquele multibanco e precisávamos que fossem tomadas algumas precauções, no sentido de estar mais disponível. -----

Relativamente ao que a Senhora Presidente disse há bocadinho, sobre as casas de banho no acesso à praia, sabemos que não é obrigatório, mas lembro que foi usado uma parte daquele edifício como centro de dia e aquelas casas de banho eram também de utilização daqueles utentes. A semana passada as casas de banho estavam abertas e tive a oportunidade de ver que estavam relativamente limpas e bem tratadas no momento. Muito obrigada. -----

---- **Inteiveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Relativamente ao bar de Caxias inclusivamente recordando a intervenção do público, quero dizer-vos que a praia de Caxias serve muita gente, tem um fluxo enorme de gente, como sabem perfeitamente durante o verão, muita dessa gente ou não tem transporte ou opta por não utilizar transporte próprio e têm ali o comboio, que lhes permite chegar à praia facilmente e depois regressarem a casa, além dos caxienses que vão à praia de Caxias e portanto, aceitar que possa não ter uma infraestrutura de casa de banho, mínimo serviço não acho aceitável, umas podem ter outras não podem ter, qual é o critério? Quantas pessoas são necessárias lá estarem, para que seja necessário ter



casas de banho? É necessário haver uma infraestrutura de apoio à praia, mas que não se fica só por isso, não se deve ficar só por isso, tem de ter qualquer coisa que apoie, porque o único apoio de serviço de bar que há ali, é a baía dos golfinhos e nem toda a gente quer pagar o preço da baía dos golfinhos com muita razão, tem de haver uma infraestrutura, senão mais uma vez Caxias é relegada para terceiro plano, primeiro Oeiras, depois Paço de Arcos e depois Caxias. A Senhora Presidente costuma-me dizer nas nossas conversas que não é verdade, é verdade e vimos aqui hoje neste debate na discussão prévia que agora nos preparávamos para não haver, não é necessária uma casa de banho? Não é necessário um bar em Caxias? Mas qual é o critério que estabelece que não é necessário? Acho que é necessário tendo em conta a quantidade de gente que vai ali, além que os caxienses querem. -----

Depois como foi trazido aqui pelo público, pelo Gustavo Faria e muito bem aquele edifício é uma aberração à entrada de Caxias, está de facto, classificado como construção ilegal e não se compreende, todos nós somos livres de fazer as mais estranhas especulações, como é que continua naquele estado, não é admissível, tem de ser resolvido e cabe à Câmara, ou seja cabe à Assembleia de Freguesia depois à Junta defender ou exigir junto da Câmara que aquilo seja resolvido rapidamente. Muito obrigado. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Joana Santa Marta tem um minuto, por favor. -----

--- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Gostaria de saber junto do Executivo, qual tem sido aceitação do novo sítio e qual o número de inscrições que há até ao momento para a newsletter, estamos a um mês as pessoas quando se escrevem nestas coisas, gostam de ter um rápido feedback, ainda não apareceu nenhuma newsletter, pergunto se está previsto ser rápido, penso que é importante manter a ligação com alguma chama, não será bem o termo, mas para que

as pessoas se prendam de início ao novo sítio da União das Freguesias, dou os parabéns que está realmente fantástico. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----


Antes de dar a palavra ao Executivo, a Mesa responde já ao PS. Foi solicitado por mim, pessoalmente, um pedido informal de apoio ao gabinete jurídico da nossa UFOPAC, sobre o qual ainda não tenho resposta. Todavia, tenho andado a ler sobre a situação e obviamente assim que tiver informações di-lo-ei a esta assembleia. Mas desde já posso dar a esta assembleia, a minha opinião pessoal e isso fica aqui bem expresso, valerá o que vale pois a assembleia será sempre soberana. Dirijo-me a vós com uma opinião pessoal e não institucional. Mas, para além dos aspetos legais, tenho algum receio, e sou-vos muito sincero nisto, é de coração aberto que o digo, tenho algum receio que a divulgação em media ou a mostra de sítios de tanto acesso mediático, possa transformar estas assembleias, em algo demasiado apetecível para conturbar a forma como as bancadas se comportam ou até, a forma como as bancadas decidem discutir os assuntos. Queria, acima de tudo, e caso isso venha a acontecer, que não corrêssemos o risco de, perante tanto publico, houvesse a tentação para desvios de excesso ou tentativa de excesso de protagonismo. Essa tentação é algo que me aflige ligeiramente, por uma razão muito simples - estamos aqui para o bem exclusivo dos nossos fregueses e das nossas Uniões de Freguesias, ponto. Quem quer vir às reuniões tem todo o direito e todo o dever cívico de o fazer, não é por as colocarmos mediaticamente disponíveis que as pessoas farão mais acessos, não me parece que seja assim, mas isto é uma opinião pessoal como vos disse desde início. -----

Posto isto, vou dar a palavra ao Executivo. Muito obrigado. -----

--- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Obrigada, Senhor Presidente. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



Vou seguir a ordem das intervenções, começo pelo Carlos Ricardo do PAN pombais contracetivos, a informação que nós temos, é que se mantém como referência de pombal contracetivo, o pombal que existe no jardim de Paço de Arcos. -----

A publicidade dos candeeiros está referenciada à Câmara, como sabe a Junta não tem ninguém, nem tem competências inspetivas, nem fiscalizadoras, referenciámos esperamos que a Câmara atue assim que lhe for possível. -----


Documentos a remeter, remetemos todos os documentos que são necessários nos termos da lei e se forem trezentas páginas, serão trezentas páginas, aquilo que a lei diz, é aquilo que remetemos nos prazos que a lei estipula. -----

Relativamente à intervenção do José Barrento do CDS, passeio Vitorino Nemésio já temos este registo, já demos nota à Câmara que é necessário fazer poda, uns querem outros não querem poda, a rega está desregulada, muitas vezes acontece, já demos nota à Câmara e a Câmara está a gastar dinheiro a mais com a água, além disso sob o ponto de vista ambiental não é nada benéfico para ninguém, nem para o ambiente. ----

CTT de Caxias é um problema muito complicado, sempre manifestei esta minha dúvida e já falámos na última reunião de líderes da legalidade daquela situação, já encetámos contatos com os representantes dos CTT, no sentido de encontrarmos uma alternativa à que existe atualmente. Respondendo a algumas das intervenções que foram aqui feitas, a Junta de Freguesia liderada por esta Presidente não tem disponibilidade para gastar dinheiro, a favor de uma empresa privada que no final de cada ano, é público, distribui altos dividendos pelos seus acionistas. Temos todo o respeito pelos cidadãos de Caxias, temos todo o respeito pelos cidadãos de todo o concelho, mas primeiro queremos cumprir a lei, já temos dois pareceres jurídicos, não há legitimidade para a despesa, nem para a receita, portanto, estamos a desenvolver esforços para chegar a bom porto com a situação dos CTT de Caxias. Enquanto isso não acontecer a Junta não tem

disponibilidade de funcionários para substituírem férias, folgas ou eventuais, doenças do funcionário que lá está. Nunca tive na minha vida política, posições demagógicas, nem dizer a tudo que sim. É uma situação muito complicada, a responsabilidade é exclusivamente dos CTT, a quem nós pedimos um funcionário para substituir o funcionário da Junta, já disse isto várias vezes, a diversidade do trabalho que se faz naquele posto é brutal, carece de formação específica, e não é qualquer funcionário da Junta que o pode substituir. Por outro lado, a responsabilidade da União de Freguesias é enorme, se acontece ali alguma coisa, esperemos que não, a primeira responsabilidade é do funcionário, se há alguma falha e tem havido várias, os funcionários da Junta é que são responsabilizados. Ora os nossos funcionários não têm vencimentos para cobrir falhas de setenta, oitenta, cem euros, como já tem acontecido, tive uma conversa com a responsável da área de Oeiras dos CTT, que me disse que teve uma falha de seiscentos euros que ela teve de cobrir, só lhe respondi o seguinte: *“minha senhora no dia em que o funcionário da Junta tiver uma falha de seiscentos euros que ele tenha que cobrir, fecha o posto dos CTT, a Junta não tem legitimidade para cobrir essa falha e o funcionário fica sem comer o mês inteiro”*, portanto vamos lá ver de que é que nós estamos a falar. O protocolo ou o contrato que foi feito entre a Junta de Caxias tinha como enquadramento um protocolo entre a ANAFRE e os CTT, esse protocolo deixou de existir no dia em que os CTT se tornaram privados, não tenho nada contra empresas privadas, bem pelo contrário, temos que ter a noção de que ter um posto dos CTT a funcionar na delegação de Caxias, é o mesmo que termos ali uma agência do BPI ou do Totta ou do que quer que seja, portanto esta Presidente não incorre no prolongamento de uma situação que para mim não é clara. Aliás neste momento já é mais que clara, tenho dois pareceres, um da ANAFRE e outro dos nossos serviços jurídicos, ambos vêm na mesma linha, volto a dizer, não há legitimidade para a receita



que nós temos ali, não há legitimidade para a despesa porque não é da competência da Junta de Freguesia. -----

Relativamente à intervenção da Fátima Filipe, estamos a aguardar parecer jurídico não temos resposta para lhe dar. -----

Joana Santa Marta, já está respondida a questão dos CTT. -----

Caixa multibanco está com frequência sem dinheiro, temos falado com a empresa que fez o favor de lá colocar o multibanco, nenhuma instituição bancária o fazia e honra seja feita ao anterior Presidente da Junta, se bem que há muitas caixas multibanco com frequência aos fins-de-semana e feriados que ficam sem dinheiro, nós vamos dar nota e agradeço-lhe. -----

Relativamente à praia, vem hoje uma proposta de deliberação para a Assembleia de Freguesia deliberar a concessão a uma entidade que se propõe animar aquele espaço e obviamente também abrir os wc's ao público. Relevo o que disse atrás, enquanto for Presidente da União de Freguesias não incorro em ilegalidades ou em irregularidades e o parecer que tenho da DPGU – departamento de gestão urbanística da Câmara, é que aquele espaço não tem condições para ser licenciado para restauração ou atividades afins. Como não tem licença e em qualquer situação de atividade inspetiva, quem pode ser sancionado é a Junta de Freguesia que outorga os contratos. -----

O edifício em Caxias está lá há décadas, somos todos contra aquilo, é uma aberração, ainda à relativamente pouco tempo falei no assunto ao Senhor Presidente da Câmara, mas aquilo que me foi dito, é que estão a ser devolvidos esforços, porque realmente não é uma situação que agrade a ninguém. -----

--- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente o Partido Socialista gostaria de fazer um reparo à intervenção da Senhora Presidente. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Se é só um reparo, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

É só um reparo, tem a ver com os CTT, temos de pensar meia hora do que a lei estabelece, não podemos ficar estritamente pelo que acabou de dizer, porque os CTT se desaparecerem dali, prejudicam profundamente os cidadãos de Caxias. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa, isso não é um reparo, é uma opinião. Reparo é uma informação que foi dada de forma errada. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Esta informação é errada. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Diga por favor, qual a informação correta. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Cabe à Junta resolver os problemas dos cidadãos, dentro do quadro legal e para isso basta desenhar um objetivo depois de perceber qual a situação e encaminhar, não é simplesmente recusar liminarmente, não acho bem, menos uma coisa em Caxias, depois diga-me que Caxias não fica à parte. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, tenho que responder a isto, peço desculpa. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Mas rápido por favor, senão entramos em discussão e eu não queria isso. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Rejeito liminarmente o que o Senhor José Carlos Oliveira acabou de dizer, isto é demagogia pura e não venha dizer que o Partido Socialista, se preocupa com as

Ant
↳

peças, todos nos preocupamos, se não nos preocupássemos os CTT de Caxias, tinham fechado quando fecharam os de Nova Oeiras. Digo-lhe mais, estamos a fazer todos os esforços para que se mantenha o serviço em Caxias, vamos ver se conseguimos, não impute à Junta de Freguesia responsabilidades que não são da Junta de Freguesia, a responsabilidade é duma empresa privada que se chama CTT exclusivamente, já se fala que será revertida a privatização, não sei se será, se não será, não sou contra as privatizações, o que sou é contra as falhas de serviço público. A responsabilidade é exclusivamente dos CTT, a Junta de Freguesia vai abrir a porta, a alternativa para que se mantenha o posto a funcionar no rigoroso cumprimento da lei. Pode ser aquele posto ou pode ser por uma parceria que eles entendam fazer, com alguém de Caxias com alguma entidade comercial, mas isso é um problema dos CTT, o nosso objetivo é que se mantenha o serviço, se é com a Junta, se é dentro da Junta, se é outra entidade com quem estabeleça uma parceria, é exclusivamente um problema dos CTT. É tudo Senhor Presidente. -----

--- **Inteiveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Em defesa da honra Senhor Presidente. -----

--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Não. Peço desculpa. -----

--- **Inteiveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Recusa a defesa da honra? É que fui insultado. -----

--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Não. Não foi insultado. Desculpe, mas aqui ninguém foi insultado. -----

--- **Inteiveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Fui insultado, disse que, "o deputado do Partido Socialista está a fazer demagogia, não aceito". -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Isso não é um insulto. -----

--- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Escreva por favor, o meu vivo protesto sobre a posição do Senhor Presidente da Mesa e pelo que acabou de dizer a Senhora Presidente da Junta. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Com o devido respeito, nesta Assembleia ninguém falta ao respeito a ninguém e, como tal, esta Mesa não permitirá esse tipo de intervenções. -----

--- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Defesa da honra não permite, muito bem. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Não. Não há atentados à honra nesta Assembleia, caso contrário, se os houver o Presidente da Mesa será o primeiro a acusar e atuar. -----

--- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Chamaram-me demagogo. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Sinto muito. Disseram que aplicou demagogia, mas isso não é insulto. -----

--- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Gostaria que o Senhor Presidente da Mesa por favor, depois forneça-me uma lista de insultos, o que é e não é insulto, gostaria de ficar esclarecido, eu e provavelmente os colegas todos. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Quer por escrito? -----

--- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Sim por escrito se faz o favor. -----



--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Sim Senhor. Vamos terminar o período do PAOD. -----

Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte. -----

A CDU gostaria de afirmar que está do lado da posição da Senhora Presidente, como esteve sempre. Obrigada. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. A Mesa neste momento acabou com qualquer discussão que haja neste aspeto, temos uma hora e meia para seis pontos de uma agenda, vamos passar ao final do PAOD e vamos entrar na ordem de trabalhos da convocatória. -----

1. Aprovação da Ata nº 09/2017-2021, tendo em consideração que esta ata foi entregue e submetida à aprovação prévia por email para todas as forças aqui presentes, vamos passar de imediato à votação. -----

1. A Ata nº 09/2017-2021 foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (CDU ausente da sala no momento da votação). -----

Sendo assim, vamos desde já passar ao ponto número dois. -----

2. **Apreciação e Votação da Proposta Nº. 29/2019 – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais;** -----

Relembro que os inscritos para a discussão que será brevemente aberta, têm cinco minutos no máximo para intervir no debate, alínea quatro do ponto um do artº. Vigésimo quarto, os pedidos de esclarecimento devem ser realizados imediatamente após a intervenção que os suscitou com inscrição imediata, os mesmos devem ser sucintos e incidir exclusivamente na matéria enunciada, tanto o pedido de esclarecimento como a devida resposta, não devem exceder cada um três minutos alínea f e g do artigo vigésimo quarto. Agradeço a vossa atenção em relação a isto, neste momento está aberta a

discussão do ponto dois da ordem de trabalhos. Não há ninguém interessado em discutir, assim sendo vamos proceder à votação. -----

2. A Proposta UFOPAC N.º.29/2019 da UFOPAC – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais: Foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e duas abstenções (1 voto do PAN + 1 voto do CDS/PP). -----

Vamos desde já passar ao ponto três da ordem do dia. -----

3. Apreciação e Votação da Proposta N.º.34/2019 da UFOPAC – Proposta de Regulamento do Fundo Solidário; -----

Está aberta a discussão deste ponto, queiram por favor inscrever-se quem estiver interessado. Faz favor Fátima Filipe do PS. -----

--- **Inteiveio a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** -----


O Partido Socialista naturalmente está de acordo com esta proposta, queria saber se me podia ser esclarecido, quais são os custos envolvidos, eventualmente o universo de utentes que vão beneficiar deste Fundo Solidário. Muito obrigada. -----


--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhora Presidente do Executivo pode dar a resposta por favor. -----

--- **Inteiveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Como perceberam o que se propõe é para situações de emergência, situações que têm que ser resolvidas em vinte e quatro, quarenta e oito horas no máximo. Os indicadores que temos é que não chegam a dez, doze pessoas por ano, aquilo que vamos disponibilizar são quinhentos euros para Caxias, quinhentos euros para Paço de Arcos e quinhentos euros para Oeiras, esses valores são geridos por uma IPSS e terminam quando se esgotarem, isto é, nós temos no orçamento mil e quinhentos euros para este fundo, se não forem gastos transitam para o ano que vem, portanto são situações exclusivas de carências muito pontuais. Felizmente não há muitas situações, porque a


Arl
23



maior parte das situações mais complicadas e que carecem de verbas mais robustas, são canalizadas através do Fundo de Emergência Social. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. CDU por favor. -----

--- **Intervio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte.** -----

A CDU concorda na generalidade e até aplaude este documento, contudo, ele é a explicação que a Senhora Presidente deu da urgência, da necessidade de acudir imediatamente, não se percebe que a ilegibilidade para inscrever no artº. 3º. do ponto um, requeira a residência à mais de um ano, não entendemos esta restrição, julgávamos e veríamos com bons olhos que fosse retirada deste ponto. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Caso o Executivo queira responder, tem três minutos por favor. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada, Senhor Presidente. Está fora de questão aceitarmos a sugestão, porque cairíamos em oportunismos. Além disso foi isto que foi aprovado em reunião de Executivo. Obviamente que se há situações de grande emergência que precisam de ser acudidas, nós estamos cá. As urgências, as emergências e as exceções existem, mas por uma questão de sistematização não entendemos suprimir este pressuposto. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação. -----

3. A Proposta Nº.34/2019 da UFOPAC – Proposta de Regulamento do Fundo Solidário: Foi aprovada por unanimidade. -----

Passamos ao ponto quatro da ordem do dia. -----


4. Apreciação e Votação da Proposta Nº. 72/2019 da UFOPAC – Não aceitação da Transferência de Competencias no ano de 2019 e 2020; -----

Está aberta a discussão deste ponto, quem pretende usar da palavra, faça o favor de se inscrever. Senhor José Carlos Oliveira do PS, faça favor. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

O Partido Socialista depois de analisar o decreto-lei, considera que se comprova que nem o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras quer a Delegação de Competências, nem a Junta de Freguesia quer a Delegação de Competencias e portanto, continuamos a ser irrelevantes porque não podemos, porque não temos meios técnicos, humanos, financeiros para responder às necessidades que os cidadãos têm, os cento e setenta mil oeirenses têm de bater à porta da Câmara para resolver os seus problemas de fundo. Acontece que uma das argumentações para esta proposta de não aceitação, era de que não era possível transferir pessoal dos quadros da Câmara para os quadros da Junta, diz o numero um do artigo oitavo do decreto-lei que *“a transferência das competências previstas no presente decreto-lei, pode nos termos a acordar entre o município e as respetivas freguesias, determinar a transição dos trabalhadores com vinculo de emprego público que exerçam atividades integradas naquelas competências do mapa de pessoal da Câmara Municipal, em que estejam integrados para o mapa de pessoal da Junta de Freguesia”*, portanto, não há perante isto nenhum motivo para não haver transferências de competências, tal como o Partido Socialista e não só o Partido Socialista nesta Assembleia, vêm a reclamar desde o principio, antes pelo contrário, há todas as condições, desde que a Junta o queira e desde que a Câmara Municipal o queira também, não vemos como é que é possível estarmos a ser consultados sobre isto, a não ser porque a lei impõe que sejamos consultados, não vejo de qualquer modo e para além desse motivo, julgo que é o que está subjacente a isto que estamos aqui a discutir, como é que podemos ser consultados sobre uma coisa que é benéfica para todos, é necessário ter a vontade política que aqui não há e a vontade de execução que aqui também não





há da parte do Senhor Presidente da Câmara e da parte da Junta de Freguesia, ou seja, esta proposta é para que continuemos Assembleia aqui com estes deputados eleitos pelos cidadãos, a ser completamente irrelevantes e cada vez mais, a adquirirmos um formato se não é igual, é parecido com uma repartição da Câmara Municipal, isto é inaceitável, porque nós fomos eleitos, isto é brincar com a democracia. Obrigado. -----

--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhora Presidente do Executivo queira por favor responder. -----

--- **Inteiveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, brincar com a democracia é aquilo que foi feito com esta lei, isso é que é brincar com a democracia, porque aquilo que se prevê nesta lei, é de alguém que nunca esteve na gestão de coisa pública, nem na gestão de coisa nenhuma. Prever-se um mês para transferir pessoal, transferir verbas, transferir competências, não sei como seria possível. Provavelmente o Partido Socialista quando for gestor da União de Freguesias ou de alguma freguesia do concelho de Oeiras, conseguirá fazer uma transferência desta dimensão no prazo de um mês. Não sei se todos os senhores deputados da Assembleia de Freguesia sabem, mas as pessoas só podem ser transferidas de qualquer instituição para outra, se derem o seu aval, ponto um. Ponto dois é necessário haver condições logísticas para ter determinados serviços a funcionar, por exemplo, na área limpeza urbana. Como todos sabemos essas condições não existem. Só estou a dar dois exemplos. Nesta sede quero fazer uma apreciação política desta lei 50/2018, isto dá ideia que foi feito às pressas pela pressão de algumas pessoas do Partido Socialista, para antes das eleições se dar a ilusão aos Executivos das Juntas de Freguesia, que reclamam há muito tempo competências que não têm, excludo Lisboa deste contexto, para se dizer: meus senhores agora têm aqui, façam como muito bem entenderem porque a lei prevê que as competências, a),b),c),d),e),f)..., alíneas que

nunca mais acabam, sejam transferidas até trinta de junho salvo erro. Temos prazo para informar a DGAL, mas o mais aberrante de tudo é que, as competências podem ser delegadas e pasme-se, o pacote financeiro passa a ser retido na DGAL, não sabemos como é que é negociado e como é que é calculado. Passaria a ser a DGAL a fazer as transferências para as Juntas de Freguesia. Isto quer dizer o seguinte, estou a falar de um cenário hipotético, recebemos, por exemplo, cento e cinquenta ou duzentos trabalhadores e depois a DGAL não transfere o dinheiro para lhes pagar; isto é possível, todos sabemos que é possível. Todos sabemos que há um ano e tal há muitas pessoas que foram reformadas que não recebem um euro, temos na Junta apenas e felizmente um funcionário, que está reformado desde fevereiro, ainda não recebeu um euro, é uma pessoa que tem um vencimento de seiscentos euros, é um assistente operacional que trabalhou imensos anos na Junta com um vencimento que não chegava ao atual salário mínimo nacional, é uma pessoa que vive do seu salário. -----

O que esta lei prevê, é justamente um cenário que pode redundar numa situação destas, nunca a Junta de Freguesia aceita uma situação que não esteja devidamente explícita e clarificada. -----

Por outro lado queria dizer à bancada do Partido Socialista, que o parecer que tivemos da ANAFRE e como sabemos a ANAFRE é liderada pelo Partido Socialista, vem justamente no sentido de se remeter o parecer que está aqui presente à Assembleia de Freguesia, mas também os Senhores Presidentes que foram eleitos pelo Partido Socialista independentes ou não, recusaram esta delegação de competências da forma como está prevista, isto não é nada. -----

Não tenho mais nada a dizer sobre isto, Senhor Presidente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Sr. Pedro Fidalgo do IOMAF, faça favor. -----



Handwritten initials and scribbles in blue ink.

---- **Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** ----

O IOMAF está totalmente solidário com esta posição, acho que não faz sentido transferir o ónus ou tornar as Juntas de Freguesia, reféns de uma lei mal construída pelo poder legislativo nacional, não se pode querer delegar automaticamente competências sem também automaticamente alocar recursos, antigamente criticava-se e foi criticado por várias bancadas que ficávamos reféns da autarquia da Câmara Municipal para serem transferidas competências, não faz sentido passarmos a ficar reféns da DGAL, acho que tem que ser retificado em sede do poder legislativo para estas competências quando forem transferidas, serem automaticamente alocados recursos humanos e financeiros, quando digo humanos no sentido de serem recursos técnicos. Claramente temos interesse em receber competências, temos é que ter condições para isso, por isso estamos solidários com esta posição. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor José Barrento do CDS faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor José Barrento do CDS para dizer o seguinte:** -----

Senhora Presidente desculpe, mas depois de assistir à Assembleia do dia quatro, um colega seu Presidente da Junta de Freguesia de Camaxide, disse para toda a gente e a Senhora Presidente estava ao lado dele e não disse nada, consentiu o que ele disse, ele falou em nome de todos os Presidentes de Freguesias, que estava tudo bem entre a Câmara e as Juntas de Freguesia que o Senhor Presidente dava todo o apoio, inclusive reuniam todas as sextas-feiras com o Senhor Presidente, não sei como, às sextas-feiras nem está no País. Como é que se está a pedir que dêem competências às Juntas, parece que está tudo bem. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhora Presidente quer dar alguma resposta? -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, sinceramente não percebi a questão, obviamente que se o Presidente da Junta de Carnaxide fez uma intervenção, foi ele que a fez, devo dizer que não reúno todas as sextas-feiras com o Senhor Presidente da Câmara, nem uma vez por mês. Foi o Presidente de Carnaxide que deu o testemunho dele, não tenho que contrariar um colega de outra Junta de Freguesia. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Dou a palavra ao Senhor Freire do IN-OV. -----

---- **Interveio o Senhor João Freire do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Boa noite a todos. A minha intervenção ia ser muito parecida com a da Senhora Presidente, porque tendo em conta todas as competências que estão a ser passadas, não sei se tiverem todos oportunidade de ler quais são as competências, passa pela manutenção de espaços verdes que é um mundo aqui na freguesia, a parte dos mercados, já estive à frente a trabalhar na Câmara na parte de realização de pequenas reparações no estabelecimentos de educação, pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, manutenção de espaços envolventes, estamos a falar de um pequeno trabalho que na realidade, é um trabalho muito grande e a nível de funcionários da Câmara, também existem os contratos externos que muitas vezes são de três anos, aqui a questão passaria também como a forma que iria ser efetuado estas transições, todos nós queremos ter uma equipa vasta, muitos trabalhadores de forma a podermos responder melhor aos fregueses, sem duvida que também seria uma das minhas ideias e formas de estar aqui, mas a realidade é que a forma que este documento apresenta, parece-me um documento bastante cinzento, existe muitas lacunas na informação de como é que iriam ser executadas estas transições, como é que iriam ser dadas estas verbas e acima de tudo a nível de meios e recursos, já fiz parte da administração direta da Câmara, que


Auf
LB



é os funcionários, muitas vezes até a própria Câmara tem dificuldade nos recursos, hoje em dia ir buscar um carpinteiro ou serralheiro, tendo em conta que lá fora recebem mais do que na Câmara, é complicado, para a Junta seria deveras complicado. Obrigado. ----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor José Carlos Oliveira do PS, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Quando não há um carpinteiro para a Junta, não há um carpinteiro para a Câmara Municipal, enfim sabemos que há falta de oferta de mão-de-obra, por vezes há em muitas áreas o que é um bom sinal, mas que não ajuda nada o País. -----

Neste caso, é preciso perceber que cada território ou cada Junta, é um território que tem as suas especificidades e é preciso perceber que esta Junta, tem cinquenta e sete mil habitantes, segundo os últimos censos de 2011, portanto não é a mesma coisa que outras Juntas que têm oito mil, nove mil, dez mil, cinquenta e sete mil habitantes exigem determinado tipo de atuação constante, respostas constantes que não pode ser toda, mais os restantes cidadãos do concelho apontada para a Câmara, tanto que não pode que depois não se conseguem resultados à altura das necessidades, como estamos a ver todos os dias, à parte do que se tem feito de positivo, é evidente que há um conjunto de defeitos, um conjunto de incapacidades que se vêem todos os dias por todo o lado, no concelho, coisa que há muito tempo não se via tanto assim, mas não se via tanto porque o concelho cresceu imenso, tem muito mais habitantes, além disso, são outro tipo de pessoas que hoje em dia com a evolução, têm outro tipo de necessidades e mais ainda, é outro tipo de pessoas que sabem mais, hoje os cidadãos têm mais conhecimento, sabem que têm o direito não só de denunciar como de exigir outras coisas, por isso é preciso não continuar no formato de à não sei quantos anos e passar para atualidade respondendo aos cidadãos, utilizando a Delegação de Competencias com um quadro

legal que na minha opinião não é satisfatório, mas que serve para estabelecer quadros de atuação, mediante acordo entre as duas partes que neste caso, são a Junta e a Câmara Municipal de Oeiras, isto é uma desculpa, se houver vontade, há meios para o fazer e há suporte legal para o fazer. Muito obrigado. -----

---- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. CDU por favor. -----

---- **Intervenção do Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte.** -----

Antecipo o sentido do meu voto, o meu voto é de aprovar este documento, algumas das razões coincidem com as razões apontadas aqui pela Senhora Presidente, achamos que da maneira como está definida a lei, isto é uma porta aberta para uma desresponsabilização total do governo e naturalmente, que estas questões são muito delicadas não podem ser vistas, uma descentralização é importante ser considerada mas num plano sério, ela deve ser acompanhada de duas coisas e é esta a posição da CDU desde sempre, a regionalização por um lado e o regresso das Juntas às antigas freguesias, porque isto é um monstro, a descentralização das competências deve ser vista num quadro mais geral de alteração do estado de coisas, de outra maneira, andamos atrás do carpinteiro e do serralheiro e muitas vezes nem temos dinheiro para lhe pagar, como não temos para pagar ao funcionário dos correios. -----

---- **Intervenção do Senhor João Freire do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Até concordo com o que o deputado do PS estava a indicar, aqui a questão é que, este documento é muito dúbio, a forma como está estruturado e a forma como iriam transitar, queria dar um exemplo agora não me ocorre nenhum, é como darem-me um A4 e agora faz daí uma Delegação de Competências, este documento não faz qualquer sentido, obviamente que a Delegação de Competências faz todo o sentido, tem é que estar bem

estruturada e tem que existir uma resposta que seja fidedigna para o próprio concelho e para a própria freguesia que tem cinquenta e sete mil habitantes. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhora D. Joana Santa Marta do PSD, por favor. -----

---- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Relativamente a este assunto já não é a primeira vez, em anteriores mandatos também houve, não aceitação de competências, onde basicamente me bato é o facto de estarmos a fazer uma alteração à vida das pessoas e não podemos garantir a seriedade dos seus contratos. Penso que neste momento, as transferências através da DGAL não são minimamente confiáveis, não podemos entrar numa experimentação com a vida dos funcionários da Junta e da Câmara Municipal, é fundamental que isto se faça, mas tem que ser experimentado antes de se pôr em prática, os prazos que nos são dados são perfeitamente intratáveis, impossíveis de cumprir e por isso o PSD apoia completamente a posição da Senhora Presidente. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Pedro Marques do IOMAF, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** ----

Só deixar uma reflexão, se calhar seria interessante para a próxima Assembleia, poder haver uma proposta de recomendação à Assembleia da República e ao Governo, tendo em contas as condições e as condicionantes e todos os requisitos que a União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias tem, se calhar consideramos que seria interessante, urgente e necessário termos uma lei semelhante a Lisboa, uma União com cinquenta e sete mil habitantes, já sem contar que deveríamos separar as freguesias, mas já que não estando o Governo ou à Assembleia da Republica

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'S' and 'Amf'.

a pôr isso em causa, se calhar temos que começar a fazer pressão para trabalhar, isso pode ser uma recomendação interessante para uma próxima Assembleia. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Mário Gomes, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Se calhar vou repetir algumas coisas que já foram ditas aqui, mas à posição geral sobre o processo, o conjunto das implicações financeiras, humanas e organizacionais, ausência do conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e suas implicações são descortináveis com a publicação de cada um dos decretos-lei, conduzem a que responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia, quer da população que não se devam assumir as novas competências de imediato. Somos a favor da descentralização, a questão é que não é clara a questão do acompanhamento financeiro, a intenção do governo foi boa, o problema é a forma na medida que as propostas de transferência, não vêm devidamente acompanhadas dos necessários blocos financeiros, este facto foi vincado por sua excelência o Presidente da República com promulgação da lei de bases de transferências e competências para as autarquias locais. -----

Derivado a isto vamos votar a favor da não aceitação da transferência de competências de 2019 e 2020. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Não havendo novas intervenções, vamos desde já proceder à votação. -----

4. A Proposta Nº. 72/2019 da UFOPAC – Não aceitação da Transferência de Competencias no ano de 2019 e 2020: Foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (11votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS/PP

Handwritten: A, A, 5
+ 1 voto da CDU + 1 voto do PAN), dois votos contra (2 votos do PS) e uma abstenção (1 voto do BE). -----

---- Intveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente a CDU tem uma declaração de voto que é basicamente, a minha intervenção de há pouco. Como não imprimi se autorizarem remeterei para os serviços.

---- Intveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Obviamente. -----

--- Intveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

O PSD também apresentará uma declaração de voto por escrito. Obrigada. -----

---- Intveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Nos mesmos moldes. Muito obrigado. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO – ANEXO CINCO

Ponto 4 – Apreciação e Votação da Proposta Nº 72/2010 – Não aceitação de Transferência de Competências no ano de 2019 e 2020.

A publicação do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de Abril decorre da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, que determina o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, é parte integrante de um processo designado de descentralização, mas que na prática mais não é do que uma transferência de encargos para as autarquias a par de uma profunda e inaceitável desresponsabilização do Governo de áreas fundamentais.

O Decreto-Lei, tal como já acontecia com os acordos de execução entre municípios e freguesias, não concretiza só por si qualquer transferência de competências dos municípios para as freguesias. A transferência de competências está dependente de um entendimento entre os municípios e as freguesias e da respectiva aprovação pelos órgãos autárquicos, podendo nunca acontecer. Na prática não há novas competências próprias das freguesias, contrariamente ao que foi amplamente propalado pelo Governo.

Por tudo isto, está-se perante um quadro de incerteza e insegurança, quer para os trabalhadores quer para a organização e funcionamento dos serviços, gerador de limitações e dificuldades, lesivas dos interesses das populações.

E, assim sendo a CDU votou favoravelmente esta proposta

Contudo, aproveitamos para continuar a reclamar:

- o início de um processo sério de descentralização, inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal e de freguesia, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.

A CDU – Coligação Democrática Unitária

Rogério Vidal Pereira

Oeiras, 19 de Junho de 2019”


Vamos desde já passar ao ponto cinco. -----

5. Apreciação e Votação da Proposta N.º 87/2019 da UFOPAC – Protocolo de cedência de espaço à Associação MATRACA – Associação Cultural e Artística; -----

A Mesa dá início ao tempo dedicado à apreciação e discussão da proposta, pelo que aceito as vossas inscrições, caso queiram. PS faz favor. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

O mais possível pelo trabalho das Associações particularmente por aquelas que fazem uma prestação ao serviço dos cidadãos no interesse da cultura, no interesse da intervenção social, etc., portanto não tenho nada contra que este bar da praia, seja

cedido à Associação MATRACA, não temos nada contra, no entanto, retomando as minhas intervenções anteriores hoje e já há uns tempos atrás, aquilo que é preciso em primeiro lugar fazer notar, é que a proposta que nos chega não remete para a proposta do bar que está carimbada, está apensa, mas a proposta não remete, o que significa que o articulado da proposta feita pela Associação, não está enquadrado ou pelo menos a proposta de aceitação por esta Assembleia, não implica o cumprimento integral da proposta da Associação, portanto juridicamente deveria ser feito de outra forma. ----

Por outro lado, caso a Associação cumpra tudo o que está na sua proposta, quero saber como é que isto se monitoriza, como é que se obriga a Associação cumprir, é na nossa ótica, um passo que pode ser positivo frente ao estado administrativo político, etc. em que isto está, o bar da praia frente à falta que fará aquele bar a operar, mais ainda se a isso acrescentar uma atividade cultural, melhor ainda como imaginam na minha perspetiva e na nossa do Partido Socialista e de muitos que estão aqui, com certeza também, a questão é que é necessário, saber como é que se monitoriza isto e insistimos ter a cautela de que esta proposta, remeta e obrigue todas as alíneas da proposta da MATRACA a serem cumpridas, fiquem integradas integralmente não é pleonástico, no contrato que se fizer, protocolo etc., porque se não vamos ter uma Associação que depois, não os conheço, poderá fazer o que entender não cumprindo, queremos acreditar que sim, mas aqui o nosso papel, a nossa cautela deve ser resguardar os cidadãos, de tal forma que os protocolos sejam feitos para que sejam defendidos. -----

Na proposta da Associação MATRACA falam em manter as casas de banho funcionais, por um horário aceitável e serviço de coisas frias, sandes, sumos e águas, etc, acho muito bem, é necessário que isso seja cumprido. -----

Agora quero retomar a perspetiva do Partido Socialista, tendo em conta a dimensão da praia que já atingiu, aquilo deve ser reconvertido, mediante negociação da Câmara

Municipal de Oeiras com quem entender, deve ser reformado, de tal modo que possa ser uma mini unidade com condições, para depois ser eventualmente, alegado e a partir daí representar um benefício, para um rendimento para a Junta, até porque aquele bar foi construído pelos cidadãos e posteriormente inaugurado pelo então Senhor Presidente da Câmara Isaltino Morais, não se compreende como é que se deixou chegar aquilo aquele ponto, porque é que não se reconverte aquilo, não se compreende, compreendo e digo mais uma vez Caxias, não tem atenção que tem as outras freguesias que mesmo assim têm várias falhas. -----

Gosto imenso de pôr a Presidente a rir-se. Gosto. Para não ficar descontrolada como há pouco. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Atenção. -----

---- **Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Fica aqui a nota que é necessário, pegar naquela infraestrutura e olhar para Caxias como uma das outras Freguesias, vejam como é que estão servidas as praias das outras freguesias e comparem como é que está servida a praia de Caxias e, se está servida com os duches a funcionar, foi porque foi feito um abaixo-assinado com mil e quinhentas assinaturas, não foi o Partido Socialista, foi gente também do Partido Socialista e é por isso que a praia começou a funcionar, porque antes não tinha sequer duche. Tenho dito.

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao PAN, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Sobre esta praia, há uma coisa que não compreendo, porque é que a passagem aérea metálica, não vai mesmo até à baía dos golfinhos? É que aquele semáforo que está ali nas horas de ponta faz bichas, só para passarem dois. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.


---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa, em que é que essa questão tem a ver com o ponto que estamos a discutir? -----

---- **Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

Estava-se a falar da praia de Caxias, é o acesso à praia que dificulta o trânsito. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Sinto muito, a questão que está a ser discutida neste momento, não tem diretamente nada a ver com isso, é uma boa questão se quiser noutra altura. -----

---- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Se me der um minuto posso responder a essa questão, porque foi no meu tempo da Junta de Freguesia, a REFER não deixa. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Sinto muito, é uma questão que não tem nada a ver com isto e como tal também não há resposta. -----

Senhor Pedro Marques do IOMAF, faz favor. -----

---- **Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** ----

Queremos salutar esta proposta porque realmente, é extremamente interessante a solução encontrada para o imbróglio em que se encontrava aquele bar, acho que é extremamente interessante a possibilidade de poder no local de recreio e lazer juntar a cultura, principalmente considerando que já existe um bar naquela praia, não vou questionar os preços, isso é do foro privado e da liberdade comercial, mas considerando que já existe um bar naquela praia, acho extremamente interessante podermos aproximar a cultura dos cidadãos, inclusive isto é algo que se devia seguir, porque estamos sempre a falar que muitas vezes a cultura não chega às pessoas, isto é uma

oportunidade de termos uma associação com mérito, a poder no dia-a-dia àquelas pessoas que vão lá mostrar e dar cultura, acho que esse é o caminho que se deve seguir.

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Faz favor Senhora D. Fátima Filipe. -----

--- **Interveio a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte:** -----

A proposta de deliberação tem aqui um anexo, suponho que é a fundamentação da Associação daquilo que se propõe fazer, nomeadamente tenho aqui o horário de funcionamento e propõe-se fazer uma espécie de uns snacks, além de assegurar a abertura da casa de banho. Como a Senhora Presidente há pouco referiu que aquilo não pode ser utilizado para comes e bebes, no fundo só queria salvaguardar se esta situação, está ou não coberta por essa limitação, porque de facto eles fundamentam além da animação do lugar com estas pequenas ofertas. De resto estamos completamente de acordo em que seja possibilitado esta concessão. Muito obrigada. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Senhora Presidente do Executivo quer dizer alguma coisa ainda, faça o favor. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada Senhor Presidente. -----

Queria relembrar a assembleia que a responsabilidade das concessões nas praias é da APL, não é nem da Câmara Municipal e muito menos da Junta de Freguesia, todas as concessões que há na área das praias do concelho são concessões da APL e as respetivas rendas são recebidas pela Administração do Porto de Lisboa. -----

Por outro lado ainda, os preços que são praticados na baía dos golfinhos, são preços idênticos aos que são praticados nos outros bares concessionados nas praias; devo também referir porque me parece que é pertinente, a maior parte dos trabalhadores hoje que não podem ir almoçar todos os dias fora, leva um saquinho de casa para comer ao

J
A
L

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

almoço, é o que se passa, na Junta, na Câmara, inclusivamente as empresas já tem o cuidado de arranjar espaços com micro ondas, para que as pessoas possam aquecer as suas comidas. Quem não pode ir ao bar que lá está instalado, leva o lanchinho para a praia, os meus pais levavam lanche para a praia, eu levava lanche para a praia quando o meu filho era pequeno, porque não queria que ele comesse nada dos bares da praia, por uma questão de cuidados de saúde. -----

Por outro lado, ainda queria informar que temos aqui connosco, a Presidente da Direção da MATRACA que quis estar aqui presente para ouvir de viva voz a sensibilidade desta Assembleia de Freguesia e obviamente que aquilo não é bar. Com esta Junta de Freguesia aquilo não é bar, nem é restaurante, se a MATRACA tem lá sócios ou pessoas que vão lá fazer atividades e que compram uma água ou têm sumos para os seus praticantes, é um problema da MATRACA, não é um problema da Junta de Freguesia, estamos aqui a tratar da cedência de um espaço a uma Associação Cultural e Recreativa. O que a MATRACA fará, à partida são atividades recreativas e culturais e tem um prazo de seis meses para exercer a sua atividade, se quiser rescindir antes rescinde, pode não ter condições para o funcionamento. É tudo Senhor Presidente. ----

---- **Inteiveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----**

Senhor Presidente coloco só uma questão, relativamente às tostas, saladas, salgados, bolos à fatia, a MATRACA irá vender isto ao público? Penso que é fundamental saber. -

---- **Inteiveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----**

O que é fundamental saber nesta sede é aprovarmos ou não aprovarmos, a cedência do espaço à MATRACA. -----

---- **Inteiveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----**

Senhora Presidente, desculpe se vai ou não vender ao público, penso que é fundamental sabermos. Como é óbvio estou inteiramente de acordo com a cedência do espaço, mas

JS
Anf
CS

saber se vai ou não existir uma atividade comercial relativamente a isto, pode depender ou não de pagarem um qualquer fee à Junta de Freguesia. É a pergunta que coloco, penso que é importante sabermos, se vai ou não, porque é preciso condições para vender coisas ao público, bastante sérias e pode passar por uma inspeção da ASAE e a responsabilidade acabar por ser nossa. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Só responder à Joana, a responsabilidade não é da Junta, obviamente que não trago isto aqui sem ter sustentação jurídica. -----

---- **Intervio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** ----


Quero dar essa nota, até por experiencia que sendo uma atividade secundária e anexa, sendo uma atividade cultural que é a principal, desde que o volume de negócio não exceda mais do que dez por cento, não é considerada uma atividade de restauração e bebidas, compete à MATRACA respeitar as regras de higiene e segurança alimentar. Em relação às vendas, falo enquanto Presidente de uma Associação sem fins lucrativos, se estamos a pedir um serviço cultural em que não vai ser nada subsidiado, só nos fica mal, estar a questionar se vão arranjar alguma forma de angariação de fundos, porque isso é o que vai permitir às vezes dar o seu fornecimento, mas isso falo em nome pessoal como dirigente associativo. Obrigado. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. PS faz favor. -----

---- **Intervio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte:** -----

Concluí, julgo que não só eu que com esta ação, é à Junta de Freguesia indiferente que o bar feche e portanto, fecha ou não fecha consoante a MATRACA decidir, mas o que é importante para mim, politicamente é extremamente importante é que à Junta de Freguesia é-lhe indiferente, porque qualquer pessoa leva um saquinho com o lanche lá

 dentro, como Partido Socialista acho isto extraordinário este conceito, acho que se deve trabalhar para as pessoas com dignidade, uma coisa é levar porque quer levar o saquinho, outra coisa é levar o saquinho porque não pode ser de outra maneira, há uma diferença substancial que difere a caridade da atuação política, isso é caridade, este assunto está, enfim digamos que envenenado, provavelmente a MATRACA não tem culpa nenhuma disto, provavelmente avançou com esta proposta com a melhor das intenções, mas o que é facto é que a Junta não fez o trabalho que devia ter feito, para acautelar as nossas preocupações ou pelo menos as do Partido Socialista, para que os cidadãos continuem a ser servidos e não tenham de passar a levar o saquinho com o lanche, porque não têm dinheiro para ir à baía dos golfinhos, mas sim que tenham dinheiro para um serviço disponível para se quiserem optar por levar o saquinho levem, se não têm capacidade de ir ali, a um bar que não tem os custos da baía dos golfinhos e isto faz toda a diferença da posição política, infelizmente chegámos aqui com muita pena minha. Tenho dito. -----

---- **Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa, quando era garoto sempre levei lanchinho para a praia, os meus pais levavam o meu leite, nas praias onde passei não era normal haver bares de praia onde pudesse ir gastar o dinheiro, hoje em dia um dos problemas fundamentais da sociedade é a falta de diálogo, a falta da família se calhar se levarem o tal lanche, o pai, a mãe e o filho estão a conversar uns com os outros. Tive em Espanha há uns dias, aquilo é um arraial na praia, levam tudo e mais alguma coisa, montam tendas e tudo. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

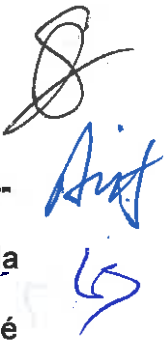
Não me levem a mal, estamos a divergir um pouco do aspeto que é basilar aqui. Parece-me irrelevante, sinceramente, se levam saquinhos, se não levam. Agradeço que se cinjam ao assunto e discussão. -----

----- **Interveio a Senhora D. Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente concordo que realmente, o bom é inimigo do ótimo e aquele bar da praia não tem condições de maneira nenhuma para ser concessionado, fazer obras ali é praticamente impossível, tanto quanto sei, aquilo é um edifício que não está sequer licenciado, isto é um assunto que já vem a ser discutido em Assembleias de Freguesia desde o ano dois mil e muito pouco, penso que chega a altura de se tomar uma atitude e dar outra vida àquele quase edifício, que ali foi construído com a vontade dos caxienses, o beneplácito do então Presidente da Junta João Serra e depois a inauguração do Senhor Presidente Isaltino Morais. Na verdade, o importante para as pessoas que utilizam a praia, é terem condições de higiene e a Junta de Freguesia tem tido esse cuidado, relativamente às casas de banho e aos duches. Peço se for possível colocar bebedouros de água à entrada, iguais aos que estão ao pé da baia dos golfinhos, para podermos ter água potável disponível para as pessoas, penso que isso será uma grande ajuda em termos de utilização das praias, ali nunca podemos reconverter aquilo num bar porque não tem condições, o nome bar da praia todos sabemos que aquilo não tem condições para funcionar, a disponibilidade da água potável será um bom princípio. Quanto à MATRACA tendo o cuidado de manter as casas de banho abertas com este horário que nos propõe, será uma excelente solução para o assunto e congratulo-me por ela. Muito obrigada. -----

----- **Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte:** ----

Uma pergunta rápida à Senhora Presidente para desmistificar esta situação. Se hipoteticamente o bar fosse concessionado como bar de restauração e bebidas, no contrato isto teria alguma clausula que limitasse os valores ou estamos a falar de um cenário em que se abrisse lá um bar poderia praticar os mesmos preços da baia dos golfinhos. -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

--- Inteiro a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Se fosse que não é, nem vai ser com esta Presidente, não se pode limitar preços, isso é o mercado a funcionar. -----

Alguém perguntou se o equipamento dá receitas à União de Freguesias: não dá receitas nenhuma à Junta, aquilo é mesmo para servir os cidadãos, pior, se for arrendado para restauração ou afins, a Junta de Freguesia pode ter uma multa em sede de fiscalização da ASAE que pode ir até sete mil e quinhentos euros, não há rendas que resistam. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada. Não havendo mais nenhuma intervenção, vamos proceder à votação. --

5. A Proposta Nº. 87/2019 da UFOPAC – Protocolo de cedência de espaço à Associação MATRACA – Associação Cultural e Artística: Foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor (11votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD + 1 voto do PS) e quatro abstenções (1 voto do CDS/PP + 1 voto do PAN + 1 voto do PS+ 1 voto do BE), a CDU estava ausente da sala no momento da votação.

Vamos passar ao ponto seis da ordem do dia. -----

6. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade da União das Freguesias de 01 de abril a 31 de maio de 2019. -----

A Mesa dá início ao período dedicado à discussão, sendo que não há lugar a votação. -

Faz favor tem a palavra o PAN. -----

--- Inteiro o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Dentro daquilo que há pouco solicitei das tais páginas, vou ser obrigado a abster-me. --

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Pode discutir porque é que se abstém, mas não há lugar a votação, é uma informação.

--- Inteiro o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Há aqui assuntos que poderia até colaborar com todos numa opinião e vejo-me impossibilitado, porque não tenho tempo para ler isto, daí há bocado ter pedido, se podem fazer uma restrição ou mandarem com muita antecedência, para uma pessoa ter tempo de ler e analisar. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor Rogério Pereira da CDU, faça o favor. -----

--- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte.** -----

A minha intervenção é curta e dorida, a página quatro a CDU continua a ser tratada por Centro Democrático Unitário, dói tanto, somos mesmo de esquerda, isto é, Coligação Democrática Unitária. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado pelo reparo. Algum dos elementos desta Assembleia quer dar mais algum contributo? -----

--- **Interveio o Senhor Rogério Pereira da CDU para dizer o seguinte.** -----

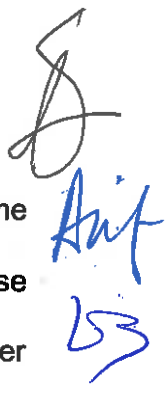
Só uma nota. Há aqui várias coisas mas constituem matéria para intervenções futuras. Há um conjunto de situações críticas que vale a pena retornar a elas, não faz sentido estar a comentar um texto da Senhora Presidente. Obrigada. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Não sei se a Senhora Presidente quer acrescentar alguma coisa. -----

--- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Não, Senhor Presidente, muito obrigada. Todos os membros da Assembleia têm conhecimento das iniciativas que têm decorrido um pouco por todo o concelho, também temos procurado, através da Filomena que é quem dá apoio à Assembleia de Freguesia, reencaminhar todos os convites que nos chegam da Câmara para que tenham possibilidade de estarem presentes de terem conhecimento do que se vai passando. ---


Aut
B3

Aut
↳

Como não vamos ter nenhuma Assembleia antes do verão, desejo a todos umas ótimas férias e um bom regresso. -----

Não se esqueçam por favor que temos as Festas de Paço de Arcos de 23 de agosto a 1 de setembro e as Festas de Caxias de 12 a 15 de setembro, estamos ainda com projetos com programas provisórios, mas assim que estiverem mais consolidados enviaremos os programas, mais uma vez há aqui um dos nossos colegas da Assembleia, que vai animar uma das noites e portanto estão todos convidados, apareçam. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

A reunião ainda não está acabada, quero propor-vos à vossa votação para aprovação da ata em minuta desta reunião ordinária, como vai sendo habitual. -----

----- **A ata em minuta foi aprovada com dezanove votos a favor.** -----

O Senhor João Freire do IN-OV e o Senhor José Carlos Oliveira do PS, estavam ausentes da sala no momento da votação. -----

Posto isto queria agradecer a todos, à Assembleia, ao Executivo e acima de tudo ao público que aguentou até ao fim e com particular agradecimento a um jovem que está aqui mesmo à minha frente, é sempre com muito gosto que vemos um jovem aguentar historicamente até ao fim, para quem acha que a democracia não é assim tão participada pela camada mais jovem, muito obrigado temos aqui um belo exemplar. Dar também um especial obrigado ao nosso staff que tem sido um apoio fantástico ao longo destes tempos todos, não só no sentido do bom decorrer dos trabalhos, mas acima de tudo dum *backoffice* muito bem montado apenas por uma pessoa, é muito importante termos esta perceção. -----

Fica a história para vermos se o email foi enviado ou não, vamos ver isso. -----

--- **Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Esse email, agradeço ao colega do Bloco de Esquerda foi ver ao telemóvel, esse email foi efetivamente enviado, mas às 18h43m, a essa hora estou a jantar para poder vir para aqui, é um bocado em cima da hora. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

O email foi enviado, muito obrigado. -----

---- **Intervio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte:** -----

O email foi enviado, mas tardiamente, é preciso dizer isso, foi uma hora e meia antes da Assembleia. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Fica essa nota, muito obrigado. -----

Desejo a todos umas excelentes férias, provavelmente será a última vez que nos vemos até ao período pós-férias e acima de tudo fico muito contente com a eficiência da reunião.

Muito obrigado a todos, um bom resto de noite, umas boas férias. -----

---- **ENCERRAMENTO** -----

--- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 23h30m, da qual será lavrada a ata. -----

--- Para constar se elaborou a presente ata, que depois de lida e aprovada pela Assembleia, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e secretários. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia

A 1ª. Secretária

[Handwritten signature]

A 2ª. Secretária

Luiz Rossoni